



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR - POLEDUC

IZABEL LUIZA LEITE DE MELO

GESTÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: O CASO DO
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UMA
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAPÁ

FORTALEZA

2023

IZABEL LUIZA LEITE DE MELO

GESTÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: O CASO DO CURSO
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UMA INSTITUIÇÃO
FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Prof. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M485g Melo, Izabel Luiza Leite de.

Gestão da aprendizagem na Educação à Distância : o caso do Curso de Bacharelado em Administração Pública em uma Instituição Federal de Ensino Superior no estado do Amapá / Izabel Luiza Leite de Melo. – 2023.

95 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante.

1. Educação à distância. 2. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. 3. Bacharelado em Administração Pública. 4. Gestão da aprendizagem. 5. UNIFAP. I. Título.

CDD 378

IZABEL LUIZA LEITE DE MELO

GESTÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: O CASO DO CURSO
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UMA INSTITUIÇÃO
FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em: 01/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho ao meu pai, que sempre segurou o mundo atrás de si para que eu pudesse realizar meus feitos acadêmicos; à minha irmã, que salva nos dias difíceis; e à minha mãe, que sempre acreditou no poder da educação na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que guia os desejos e ambições do meu coração e me dá todas as condições físicas, materiais e espirituais para realizar cada uma delas.

Aos meus pais, que sempre priorizaram o acesso à educação de qualidade em toda a minha vida, deram suporte e me incentivaram, conforme minhas próprias escolhas.

À minha irmã Ana Clara, por me alegrar e me acolher nos dias difíceis; por enxergar em mim uma pessoa capaz de realizar qualquer coisa e, conseqüentemente, me fazer acreditar também.

A todos os que me ampararam nessa jornada, me acolhendo, me amparando nos dias difíceis e injetaram força para continuar quando eu mais precisei, a cada um.

À Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante, que segurou, literalmente, na minha mão nessa jornada, sendo compreensiva, paciente com cada limitação e desafio ao longo do caminho, tornando possível a realização de cada etapa desse trabalho.

Aos professores da banca, Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues e à Prof. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará (UFC), pelo aprendizado e ampliação de visão de mundo por meio de suas aulas.

À UFC, que tornou a experiência do curso rica em conhecimento e valores sociais e humanos, que serão levados comigo ao longo da vida.

“As revoluções são a locomotiva da história.”
(Karl Marx).

RESUMO

A Educação à Distância (EaD) é uma modalidade de ensino mediada por tecnologias de informação e comunicação, apresentando vantagens como flexibilidade de horários, redução de custos e reconhecimento no mercado de trabalho. Esta pesquisa teve como foco analisar a Gestão da Aprendizagem do Curso de Bacharelado em Administração Pública na EaD de uma instituição federal no Amapá. Foram abordados conceitos, histórico e influência da EaD no Ensino Superior brasileiro, incluindo a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Discutiu-se também a Gestão da Aprendizagem na EaD do Ensino Superior, a estrutura organizacional na UNIFAP, e o curso de Bacharelado em Administração Pública oferecido pela EaD/UNIFAP. A pesquisa utilizou uma abordagem aplicada com métodos quantitativos e qualitativos. Os procedimentos de coleta de dados envolveram pesquisa documental e estudo de caso do curso de Bacharelado em Administração Pública à distância na Universidade Federal do Amapá, com um questionário (Escala Linkert) como instrumento. O objetivo geral foi analisar a percepção de docentes, tutores e alunos sobre a Gestão da Aprendizagem. Os resultados indicaram que o curso atende às expectativas da maioria dos participantes, destacando áreas de insatisfação, como o Material Didático/Estrutura Física, especialmente a biblioteca. Essas observações fornecerão subsídios para futuras melhorias, visando aprimorar a qualidade do curso, enquanto a pesquisa constatou que o Ensino Superior à Distância na UNIFAP atende às expectativas dos participantes.

Palavras-chave: educação à distância; Programa Nacional de Formação em Administração Pública; bacharelado em administração pública; gestão da aprendizagem; UNIFAP.

ABSTRACT

Distance Education (DE) is characterized as a mode of teaching mediated by information and communication technologies, influencing this educational approach positively. Despite its challenges, DE presents numerous advantages, including schedule flexibility, cost reduction, and recognition in the job market. This study aimed to analyze the Learning Management of the bachelor's degree in public administration in the Distance Education (DE) mode at a federal institution of Higher Education in the state of Amapá, Brazil. The research covered concepts, history, and the influence of DE on Higher Education in Brazil, including the Open University of Brazil (UAB) and the National Program for Training in Public Administration (PNAP). Additionally, it discussed Learning Management in Distance Higher Education (DE), the organizational structure of DE at UNIFAP, the management of DE learning at the institution, and the bachelor's degree in public administration offered by DE/UNIFAP. The study employed an applied methodology with a descriptive purpose and a quantitative and qualitative approach. Regarding data collection procedures, it was characterized as documentary research and a Case Study of the distance bachelor's degree in public administration at the Federal University of Amapá, with a questionnaire (Linkert Scale) as the research instrument. The main objective was to analyze the perception of teachers, tutors, and students regarding the Learning Management in the course. The research revealed that the bachelor's degree in public administration at this institution meets the expectations of the majority of participants, indicating a satisfactory learning experience for teachers, tutors, and students. Respondents' perceptions were presented according to the analyzed thematic areas: Pedagogical Design, Didactic Material/Physical Structure, Tutorial System, and Academic Secretariat. The area identified as the most dissatisfactory was Didactic Material/Physical Structure, particularly regarding the course library. These findings will serve as a basis for future improvements to enhance the course's quality. The study concluded that Distance Higher Education at UNIFAP meets the expectations of its participants.

Keywords: distance education; National Program for Training in Public Administration; bachelor's degree in public administration; learning management; UNIFAP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Apresentando o comparativo dos municípios brasileiros com alunos matriculados em polo EaD (2014-2021)	30
Figura 2 - Matrículas por nível acadêmico em cursos EaD no ano de 2021.....	32
Figura 3 - Gestão de programa em EaD.....	40
Figura 4 - Gestão da aprendizagem no curso superior.....	42
Figura 5 - Desenho da pesquisa.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução nos números de cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD.....	28
Gráfico 2 - Evolução nos números de matrículas nos cursos superiores Presencial e EaD (2011 a 2021)	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero.....	66
Tabela 2 - Frequência geral de respostas.....	67
Tabela 3 - Frequência do total de respostas das áreas temáticas, por categoria de respondente.....	70
Tabela 4 - Aspectos ressaltados como insatisfatórios (Respostas de 1-3)	73
Tabela 5 - Aspectos ressaltados como satisfatórios (Respostas de 4-5)	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação à Distância
ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BBC	British Broadcasting Corporation
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CF	Constituição Federal
EaD	Educação à Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCC	Plano de Curso e Conteúdo
PPC	Projetos Pedagógicos de Cursos
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
SEED	Secretaria de Educação
TICs	Tecnologias de informação e comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIREDE	Universidade em Rede

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR	22
2.1	Histórico da Educação à Distância.....	22
2.2	A influência da Educação à distância na Expansão do Ensino Superior no Brasil.....	27
2.3	A Universidade Aberta do Brasil e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública.....	32
2.4	Gestão da Aprendizagem no Ensino Superior à Distância.....	38
3	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	44
3.1	Estrutura organizacional da Educação à distância na UNIFAP.....	44
3.2	Gestão da Aprendizagem do Ead na UNIFAP.....	47
3.3	O curso de Bacharelado em Administração Pública Ofertado pela EaD/UNIFAP.....	50
4	METODOLOGIA	55
4.1	Classificação da pesquisa	55
4.2	Método Proposto para Identificação da Visão dos Docentes e Discentes do Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD da UNIFAP.....	57
4.2.1	<i>Etapa 1 - Descrever a instituição objeto do estudo</i>	58
4.2.2	<i>Etapa 2 - Definir a População e Amostra da Pesquisa</i>	59
4.2.3	<i>Etapa 3 - Elaborar o Questionário da Pesquisa</i>	59
4.2.4	<i>Etapa 4 - Aplicação do Questionário</i>	60
4.2.5	<i>Etapa 5 - Identificar o Perfil dos Respondentes</i>	60
4.2.6	<i>Etapa 6 - Apresentar a Percepção dos Respondentes Sobre a Gestão Acadêmica do Curso de Administração Pública na Modalidade EaD (UNIFAP)</i>	61
4.3	Procedimentos Éticos da Pesquisa.....	62
5	APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO	63
5.1	<i>Etapa 1 - Descrever a Instituição Lócus da Pesquisa</i>	63
5.2	<i>Etapa 2 - Definir a População e Amostra da Pesquisa</i>	64
5.3	<i>Etapa 3 - Elaborar o questionário da pesquisa</i>	64
5.4	<i>Etapa 4 - Aplicação do Questionário</i>	65
5.5	<i>Etapa 5 - Identificar o Perfil dos Respondentes</i>	66

5.6 Etapa 6 - Apresentar a percepção dos respondentes sobre a gestão acadêmica do curso de Administração Pública na modalidade EaD (UNIFAP).....	66
<i>5.6.1 Frequência das Respostas dos Respondentes.....</i>	<i>67</i>
<i>5.6.2 Análise dos Aspectos Ressaltados como Insatisfatórios e Satisfatórios.....</i>	<i>72</i>
6 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO - Questionário da Pesquisa	87

1 INTRODUÇÃO

Na Educação à Distância (EaD), alunos e professores estão separados fisicamente, sendo mediados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que têm influenciado de forma positiva nessa modalidade de ensino, apresentando várias vantagens, sendo estas: a flexibilidade de horários, redução de custos, mensalidade mais acessível, reconhecimento pelo mercado de trabalho, dentre outras.

A Educação à Distância (EaD) enfrenta diversos desafios que exigem abordagens inovadoras e soluções eficazes. Um dos principais obstáculos é a necessidade de garantir a participação ativa dos alunos, uma vez que a ausência de interação presencial pode resultar em menor engajamento. A gestão do tempo também representa um desafio, já que os estudantes precisam equilibrar as demandas da vida cotidiana com os compromissos acadêmicos, muitas vezes sem a estrutura física de uma sala de aula tradicional. A acessibilidade e a qualidade da infraestrutura tecnológica também, pois nem todos os alunos têm acesso igual a dispositivos ou conexões a internet robustas.

É fundamental enfrentar a questão da avaliação justa e eficaz, assegurando que os alunos demonstrem verdadeiramente seu entendimento dos conteúdos. Superar esses desafios exige uma combinação de tecnologia educacional avançada, estratégias pedagógicas inovadoras e um suporte robusto aos alunos para garantir uma experiência de aprendizado significativa e bem-sucedida na EaD.

No Brasil, no ano de 1998, foi instituído o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro, que regulamentou a EaD. A partir desse momento, a citada modalidade de ensino começou a ganhar espaço no sistema educacional brasileiro, possibilitando a autoaprendizagem, com mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados (Brasil, 1998).

No ano de 1996, a EaD, como modalidade educacional, tem amparo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, que em seu artigo 80, destaca que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (Brasil, 1996, s.p.).

Esse processo evolutivo da EaD como modalidade de ensino passou por mudanças legais no ano de 2005, com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro, caracterizando-a como modalidade educacional, com a mediação didático-pedagógica, que ocorre com o uso de meios e TICs, com alunos e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005).

Em 2017, firmou-se o Decreto nº 9.057, de 25 de maio; trouxe mudanças importantes na regulamentação do ensino à distância, incluindo a flexibilização de processos de autorização e reconhecimento de cursos, bem como a possibilidade de aulas práticas presenciais em alguns cursos. Ainda em 2017, foi estabelecida a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho, que regulamentou aspectos específicos da EaD na Educação Superior, incluindo critérios para a oferta de cursos à distância por instituições de Ensino Superior (IES) e a obrigatoriedade de provas presenciais (Brasil, 2017a; Brasil, 2017b).

A partir do exposto, é pertinente mencionar o Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2021, entre o período de 2011 e 2021. Ele mostrou que as matrículas no Ensino Superior à distância cresceram 474%, em 2021, ultrapassando as matrículas presenciais, representando 62,8% do total. Seguindo a necessidade da demanda, a oferta de cursos também foram ampliadas, dentre eles o curso de Administração Pública (Brasil, 2022).

Em 2022, o resultado do Censo da Educação Superior constatou que a matrícula na modalidade EaD estava presente em 2.968 municípios brasileiros, por meio de *campi* das IES ou polos de EaD, o que representou um aumento de 120% comparado ao ano de 2014. Especificamente, no ano de 2021 registrou-se 3,7 milhões de matrículas na modalidade à Distância, o que representou 41% do total (Brasil, 2022).

Tais dados indicam que a EaD, em suas diferentes modalidades, é uma tendência em larga expansão e atrai cada vez mais adeptos deste tipo de educação. Assim, a procura social por cursos e programas EaD, somada a necessidade de expansão e interiorização da oferta no país, dentre outros motivos, apontou para a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é um projeto do MEC, instituída pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, a partir da articulação e integração de um sistema nacional de Ensino Superior à distância formado por IES, Municípios e Estados (Brasil, 2006).

A UAB foi criada e implementada visando promover a universalização do acesso a Educação Superior pública, gratuita e de qualidade, por meio da oferta de cursos na modalidade à distância, que se desenvolve por meio de relações de parceria entre os vários entes federativos e instituições públicas de Ensino Superior, com o apoio de uma rede nacional de polos presenciais que oferecem apoio administrativo e pedagógico. Tem como objetivo central expandir e interiorizar a oferta de curso superior por meio da EaD. A UAB se insere no contexto das políticas públicas por consistir em uma ação estatal elaborada a partir de decisão governamental de alocar recursos com finalidade de atender a necessidades de determinados setores da sociedade.

O Sistema de Educação à Distância envolve coordenadores, professores e tutores que fornecem apoio *online*, e também conta com polos de ensino presenciais com coordenadores e tutores. Os alunos recebem materiais educativos e participam de atividades de avaliação. Esse sistema é implementado em todo o país, permitindo que a educação superior alcance comunidades que antes não tinham acesso ao ensino universitário. Além disso, essa abordagem ajuda a aumentar as taxas de admissão e a manter os estudantes nos cursos de graduação, em linha com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014-2024).

Neste contexto, destaca-se o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), por formar profissionais na área da Administração Pública, sobretudo, nos municípios onde a educação superior presencial ainda não consegue ofertar cursos superiores que capacitem a população local para ocupar cargos de gestão. Dessa forma, o referido programa possibilita que seja transformada a realidade local e regional, a partir da sua capilaridade e dimensão geográfica, assim como pela análise da relevância social do citado programa, ofertado através da modalidade EaD.

O PNAP é uma política pública incorporada dentro do sistema UAB voltada especificamente para a oferta de cursos projetados, visando a formação e qualificação pessoal em nível superior que tem como finalidade desenvolver exercício de atividades gerenciais, permitindo que esses gestores tenham autonomia para intervir na realidade social, política e econômica, cooperando para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas, nas esferas federais, estaduais e municipais.

Com o crescimento exponencial e a atenção de políticas públicas voltadas para a EaD, especialmente no Ensino Superior, torna-se cada vez mais claro que a Gestão da Aprendizagem desempenha um papel crucial nesse processo educativo. Embora a tecnologia e as opções de ensino virtual tenham ampliado o acesso à educação, também apresentam desafios muitos complexos, pois a gestão eficaz da aprendizagem é vital para garantir que os alunos tenham experiências de alta qualidade, apoio adequado e atinjam seus objetivos educacionais.

A Gestão da Aprendizagem desempenha um papel crucial no Ensino Superior no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo essencial para o planejamento, organização e efetivação do ensino nessa modalidade. Este processo abrange a coordenação de atividades e recursos, buscando facilitar a aprendizagem dos alunos e promover interações significativas entre alunos e professores, com o objetivo final de assegurar a qualidade do ensino. Nesse contexto, o desafio se apresenta como complexo, exigindo um equilíbrio entre tecnologia, pedagogia e suporte ao aluno, criando assim uma experiência de aprendizagem online eficaz.

No entanto, quando se observa o Estado do Amapá, localizado no extremo Norte do país, surgem questões relacionadas ao desenvolvimento urbano e educacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2021, a população estimada foi de 877.613 pessoas. O Amapá só se tornou um estado da federação a partir da Constituição Federal de 1988, e sua economia é sustentada pelo extrativismo, produção de manganês, pesca, manejo da floresta, comércio e administração pública. Contudo, os municípios afastados da capital enfrentam desafios consideráveis de desenvolvimento urbano, devido à falta de planejamento e à escassez de recursos, incluindo aqueles destinados à educação, especialmente em cursos superiores. Essa disparidade cria obstáculos adicionais à implementação efetiva da Gestão da Aprendizagem, tornando essencial uma abordagem adaptativa que leve em consideração as particularidades do contexto local.

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com sede na Capital do estado do Amapá, Macapá, inaugurou suas atividades ofertando 500 vagas para cursos de magistério no ano de 1970, sendo pioneira na oferta de curso superior no Estado, que anteriormente era chamado de Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), mas, a partir de 1990, com o Decreto nº 98.977, de 2 de março, mantida pela União e vinculada pelo MEC, hoje a citada instituição federal de Ensino Superior possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

No ano de 1991, a UNIFAP realizou o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Atualmente, conta com 5 (cinco) *campus*: o *campus* Marco Zero, com sede em Macapá, um *campus* no município de Santana-AP (22 km da capital); um *campus* em Mazagão-AP (33,8 km da capital); um *campus* em Laranjal do Jari-AP (267 km da capital), e um *campus* no município de Oiapoque-AP, com cerca de 588,7 km da capital, oferecendo o Curso Intercultural Indígena, além de outros cursos de licenciatura e bacharelado.

No artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP destaca seus objetivos e funções, dentre eles, o inciso IV dispõe: “promover o desenvolvimento nacional, regional e local”. A Universidade aderiu ao PNAP no ano de 2012 e, desde 2013, passou a ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública à distância, com o escopo de cumprir tanto os objetivos da UAB, do PNAP e da própria universidade. Iniciou suas atividades primeiro no *campus* de Macapá e Santana, e mais tarde, em 2016, também no *campus* do Jari e no Binacional, no município de Oiapoque, sendo uma das primeiras IES da Região Norte a aderirem ao Programa.

Portanto, a UNIFAP há mais de uma década oferta o curso de Bacharelado em

Administração Pública à distância, tornando-se viável e necessário a mensuração de seus avanços; da percepção dos desafios; de cumprimento dos objetivos da UAB, PNAP, principalmente os aspectos relacionados a redução de desigualdades regionais e sociais; acesso ao Ensino Superior em localidades até então não alcançadas, dentre outros.

Almeida (2009), em uma pesquisa sobre análise crítica de um curso superior à distância, apresentou alguns fatores considerados negativos na EaD, sendo estes: empobrecimento na troca de experiência direta do aluno com o professor; elevados índices de repetência; inexistência de procedimentos rigorosos e científicos na avaliação de programas de EaD; problema cultural, dificuldade de o aluno desenvolver um espírito crítico e incapacidade de ler e interpretar, indispensáveis para cursos à distância; demora no *feedback* de atividades e avaliações, atrapalhando o aprendizado, dentre outros problemas.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte problema: Como ocorre a Gestão da Aprendizagem do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD em uma instituição federal de Ensino Superior no estado do Amapá?

Quando se fala da importância da EaD para a sociedade contemporânea, uma das vantagens mais explícitas é tornar o acesso à educação de qualidade uma realidade para pessoas que, por qualquer que seja o motivo, não podem cursar a modalidade presencial, pois a flexibilidade de horários proporcionada pelo ensino à distância são pontos cruciais, que abrem um leque de opções para muitas pessoas que almejam fazer um curso de graduação ou dar continuidade à sua formação. Nesse contexto, a Gestão da Aprendizagem desempenha um papel fundamental, pois assegura não apenas a acessibilidade, mas também a eficácia do processo educacional, garantindo que os estudantes recebam o apoio necessário para obter sucesso em seus estudos, promovendo o engajamento e mantendo padrões de qualidade elevados, sustentando a democratização da educação e contribuindo para o desenvolvimento educacional da sociedade. Diante disso, realizar uma pesquisa sobre a EaD atrelado ao PNAP tem relevância acadêmica, social e política.

Acadêmica, por trazer contribuições para a área da Educação Superior, possibilitando vislumbrar propostas para o desenvolvimento de uma EaD como uma alternativa viável e flexível para o acesso à educação de qualidade por meio da Gestão da Aprendizagem, além de possibilitar discussão em pauta sobre a EaD, UAB e o PNAP, com ênfase na Intuição de Ensino Superior Federal do estado do Amapá, uma vez que a EaD tem sido objeto de pesquisa acadêmica significativa, contribuindo para o avanço das teorias pedagógicas e tecnológicas.

Relevância política, por ressaltar a importância de políticas educacionais que

incentivem e apoiem a EaD como uma ferramenta eficaz para a expansão do acesso à educação superior. A Gestão da Aprendizagem desenvolve um papel indispensável nesse contexto, pois políticas eficazes devem incluir diretrizes para garantir a qualidade, o suporte aos alunos e a eficácia do ensino à distância. Portanto, se destaca a importância da formulação de políticas educacionais que promovam a inclusão e a qualidade na EaD.

Relevância social, na medida em que destaca a democratização da educação, tornando a EaD mais acessível para as pessoas de diferentes níveis sociais, incluindo aquelas que não podem frequentar cursos presenciais devido a vários fatores, tais como: compromissos familiares, profissionais ou geográficos.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a Gestão da Aprendizagem do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD em uma instituição federal de Ensino Superior no estado do Amapá. Os objetivos específicos foram: descrever as características do Curso de Administração Pública da UNIFAP, modalidade EAD; interpretar a frequência da pontuação em relação a percepção dos docentes, discentes e tutores das áreas integrantes da gestão da aprendizagem, ou seja, desenho pedagógico, material didático/estrutura física, sistema tutorial e secretaria acadêmica; e estudar, os aspectos considerados satisfatórios (avaliação bom e ótimo) e insatisfatórios (avaliação péssimo, ruim e regular) da gestão acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD em análise.

No tocante aos procedimentos metodológicos, este trabalho foi de natureza aplicada, pois corresponde a aplicação prática das teorias desenvolvidas na pesquisa básica, envolvendo o uso de todas as informações disponíveis para buscar a solução de um problema específico. Quanto a abordagem do problema, classificou-se como qualitativa, por buscar resultados a partir da compreensão da realidade por meio da análise e captação do contexto na sua totalidade, da interpretação das experiências, interações e das mais diversas fontes de informações que ocorrem no fenômeno estudado, utilizando-se ainda, de comparações e descrições. Quanto aos seus objetivos, tratou-se de pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, caracterizou-se como pesquisa documental e de estudo de caso.

Nesse percurso metodológico para a coleta de dados, a amostra considerada foi a população, que é composta pelos alunos matriculados e docentes e tutores dos polos de Macapá (Equador), Pólo Santana; Pólo Vitória do Jari; Pólo Oiapoque. Portanto, a pesquisa tenta abranger toda a população relevante que se encaixa nos critérios estabelecidos para o estudo. No entanto, é comum que nem todos os membros dessa população-alvo participem da pesquisa

por diversos motivos, como falta de interesse, indisponibilidade de tempo, inacessibilidade, entre outros.

Este trabalho está dividido em seis seções. Na primeira seção consta a introdução que visa apresentar, de maneira sucinta, os direcionamentos da pesquisa, o conteúdo que será conceituado e analisado ao longo do trabalho.

A segunda seção refere-se ao estudo da EaD como modalidade de Ensino Superior, com ênfase nos conceitos gerais da EaD, histórico da EaD, a influência da EaD na expansão do Ensino Superior no Brasil; a apresentação da UAB e do PNAP, além da Gestão da Aprendizagem no Ensino Superior à distância.

A seção três visa dar o enfoque necessário a EaD na UNIFAP. Apresenta, inicialmente, a estrutura organizacional da EaD na UNIFAP, seguido da Gestão da Aprendizagem do EaD na UNIFAP; por fim o curso de Bacharelado em Administração Pública ofertado pela EaD UNIFAP.

Na seção quatro foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, observando a classificação da pesquisa, bem como o universo, amostra e seleção dos sujeitos, instrumento de pesquisa, técnica de coleta e análise de dados, finalizando com os procedimentos éticos.

A quinta apresenta os resultados e as discussões, descrevendo a aplicação dos métodos descritos na quarta seção e apresentando a Gestão da Aprendizagem na percepção de docentes x tutores x alunos, de maneira que descreve a: (a) Dimensão Desenho Pedagógico; (b) Dimensão Material Didático/ Estrutura Física; (c) Dimensão Sistema tutorial; (d) Dimensão Secretaria acadêmica; e (e) Análise das semelhanças nas respostas.

A sexta e última seção apresenta as considerações finais a respeito dos achados de pesquisa neste trabalho.

2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR

A presente seção visa abordar a EaD como modalidade de Ensino Superior, começando pelo seu histórico no mundo e no Brasil. Em seguida, apresenta a influência da EaD na expansão do Ensino Superior no Brasil e, por fim, discorre acerca da UAB e o PNAP, que foram os programas que possibilitaram a oferta do curso de Administração Pública na UNIFAP.

2.1 Histórico da Educação à Distância

A EaD, de acordo com Oliveira (2020) e Leite (2021), apesar de passar impressão de ser algo recente pelo crescimento exponencial dos últimos dez anos, provém de longa data. Sua evolução histórica foi marcada pelo surgimento e disseminação dos meios de comunicação. Para os autores, foi no começo do século XVII, com a revolução científica, que surgiu uma nova era na arte de ensinar, passando a chamar a atenção da sociedade em geral.

O primeiro marco da EaD no mundo, ainda de acordo com Leite (2021), foi a publicação de um artigo feito na gazeta de Boston, em 20 de março de 1728, pelo professor Cauleb Phillips, anunciando que oferecia material para ensino e tutoria por correspondência, se consolidando na Europa e nos Estados Unidos no decorrer do século XVIII. A autora ressaltou ainda que muitas experiências usando EaD foram desenvolvidas no período pós-guerra, devido a necessidade de promover a capacitação da população em novas atividades laborais, em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos que fizeram surgir novas profissões e ocupações, mas o quantitativo de professores era pouco para atender a demanda social que buscava cada vez mais pela educação.

Oliveira (2020) enfatizou que nesse processo histórico e evolutivo, a EaD apareceu como uma opção que permitia atender, em maior escala, pessoas que buscavam por uma qualificação profissional para ser inserido no mercado de trabalho. A autora relatou ainda que as aulas por correspondência foram as primeiras iniciativas de ensino à distância de que se tem notícias, sendo registrados no ano de 1856 as primeiras experiências de EaD, com o surgimento da 1ª Escola de Línguas por Correspondência na Universidade de Chicago.

No ano de 1886, Vidal e Maia (2010) afirmaram que o reitor da Universidade de Chicago, William R. Harper, fez uma publicação escrita dizendo que chegará o momento que o volume da instrução recebida por correspondência será superior ao ensino transmitido nas salas de aulas presenciais. Assim, ficou evidente que o quantitativo de alunos por correspondência ultrapassaria o quantitativo de alunos presenciais.

No ano de 1892, ocorreu uma tentativa inicial de formação de professores para as escolas paroquiais por correspondência em muitos países, onde o material impresso era indispensável para promover o ensino (Oliveira, 2020). Nesse processo histórico, a autora deixou evidente que, com o crescimento da EaD no mundo, especificamente na primeira metade do século XX, foi marcado por várias iniciativas, como a oferta de cursos por meio do ensino à distância.

Edgard Roquete Pinto, conhecido como o "pai do rádio brasileiro", desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e popularização desse meio de comunicação no Brasil. Nascido em 1884, Roquete Pinto foi um visionário que compreendeu o potencial do rádio como uma ferramenta poderosa para educar e entreter as massas. Em 1923, fundou a primeira emissora de rádio no país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, marcando o início de uma era revolucionária. Não apenas foi um pioneiro na radiodifusão, mas também desempenhou um papel crucial na promoção da educação no Brasil, considerando que o rádio foi um dos principais instrumentos da EaD ao longo dos anos.

Em 1928, conforme Leite (2021), a British Broadcasting Corporation (BBC), uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido, Inglaterra e demais países, fundada em 1922, passou a promover cursos para a educação de adultos, onde o rádio era usado como ferramenta de comunicação, pois essa tecnologia começou a ser aplicada em muitos países para transmissão de programas educacionais, sobretudo no Brasil, sendo que esse período foi marcado pela inclusão de novas metodologias na modalidade de ensino à distância. Porém, com esses avanços científicos e tecnológicos, as técnicas e meios de comunicação sofreram forte influência de outros novos meios, como o código Morse, o telefone e a televisão.

Nesse processo evolutivo, Vidal e Maia (2010), ressaltaram que a EaD no Brasil teve suas primeiras experiências através de cursos por correspondência e do rádio, o único meio disponível nesse período, assim, no ano de 1923, foi fundada a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, em seguida foi incluída pelo MEC, como uma das primeiras iniciativas da EaD no país. Os autores ressaltaram ainda que no ano de 1939, foi criado o Instituto Monitor e, no ano de 1941, é inaugurado o Instituto Universal Brasileiro, como exemplos de iniciativas que ainda na atualidade ofertam cursos por correspondência em todo território nacional.

Foi no ano de 1967, com a publicação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que a televisão foi usada como um instrumento que promoveu o meio de transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão e pelas televisões educativas, que tinham a finalidade de apresentar conteúdos educacionais e culturais (Oliveira, 2020). Nesse processo evolutivo, com a chegada dos computadores no Brasil e a disponibilização da internet

nas universidades, que contribuíram para a propagação do ensino à distância no sistema educacional brasileiro.

Ainda nos anos 70, Arcanjo (2014) narrou que a Rádio MEC lançou o Projeto Minerva, objetivando incrementar, do ensino primário ao ginásial, veiculado pela rádio e complementado por material impresso. Segundo a autora, na mesma década, com a utilização da televisão, pela Fundação Roberto Marinho possibilitou o lançamento do Telecurso 1º. e 2º. graus, acarretando na massificação da educação, que passou a ser de interesse do Estado, tendo em vista o contexto de crescimento econômico e expansão em que o Brasil se encontrava, demandando a necessidade de aprimoramento de pessoal em grande escala.

De acordo com Oliveira (2013, p. 44):

A EaD vai se configurando em uma modalidade de ensino que vai ao encontro dessa dinâmica social que passa a ter como referência um modelo de produção em massa, o qual gradativamente passa a ser incorporado de forma sistêmica por diversos campos da sociedade, impulsionados pelos ditames da globalização.

Assim, diante do novo modelo econômico, aliado ao avanço da informatização e das ferramentas tecnológicas nos anos 90, emerge nessa década uma grande necessidade de democratização do acesso ao ensino, pois nesse momento que a EaD ganhou maior relevância no contexto do sistema educacional, foram lançados os primeiros cursos superiores à distância, desenvolvimento de programas para formação de profissionais e diversos programas de educação televisiva, principalmente na TV Escola e TV Cultura (Oliveira, 2013).

A EaD no Brasil foi reconhecida legalmente pela LDB, Lei nº 9.394/1996, especificamente em seu artigo 80, que legitimou a EaD como uma modalidade de ensino, passando a fazer parte do sistema educacional do país, sendo introduzida oficialmente no sistema educativo brasileiro para a Educação Superior, dando oportunidade para muitas pessoas que almejavam uma formação superior (Brasil, 1996).

Desde então, a EaD é vista pelo Estado como uma ferramenta de ampliação do acesso à educação, como enfatizam Nogueira e Moraes (2009, p. 13), ao afirmarem que “a educação a distância é entendida como estratégia de democratização do acesso à educação, especificamente àquela de nível superior, bem como da melhoria dos processos de ensino-aprendizagem”.

O artigo 80 da LDB, Lei nº 9394/1996, além de definir os critérios básicos da EaD, ressalta que ela disporá de um tratamento diferenciado, incluindo a concessão de canais com finalidade educativa, custos de transmissão reduzido e reserva de tempo mínimo em canais

comerciais de radiodifusão sonora e de imagens (Brasil, 1996).

Arcanjo (2014), relatou que no ano 2000 foi criada a Universidade Virtual Pública do Brasil (atual UNIREDE), que envolveu um conjunto de instituições públicas que oferecem cursos à distância com o apoio do MEC e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A autora relatou ainda que, especificamente no ano de 2003, a Universidade de Brasília passou a oferecer graduação e pós-graduação *lato sensu* à distância.

A partir disso, Vidal e Maia (2010) mencionaram que o MEC, visando a inclusão social e educacional através da oferta de Educação Superior à Distância, criou no ano de 2005, a UAB, o que acarretou numa ampliação de vagas nas universidades federais, que no período enfrentavam sérias limitações. Os autores relataram que o MEC viu na UAB um meio de promover a democratização e a expansão do Ensino Superior à distância no país.

A análise histórica da EaD no Brasil, ainda segundo Vidal e Maia (2010), aponta uma nova vertente sobre o processo educacional que perpassou pelo modelo de ensino por correspondência até por processos tecnológicos, acarretando no rompimento de barreiras de espaço e tempo. Os autores observaram que ocorreu um avanço muito significativo das ferramentas da EaD que iniciou com a chegada das correspondências, seguindo com a transmissão das informações pelo rádio e televisão e na atualidade, com o avanço dos meios tecnológicos e internet, tornando o processo educativo mais articulado, interativo, flexível e acessível.

Nesse contexto, Oliveira e Santos (2020), descreveram que o governo federal passou a investir em EaD no ano de 2006, com a instituição do Sistema UAB, considerado como uma política pública educacional que está atrelado às políticas sociais, e de grande importância para a EaD, visando a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil. Os autores ressaltaram ainda que a UAB fez a articulação das universidades federais, estaduais e centros tecnológicos para a oferta de cursos à distância de graduação, pós-graduação e extensão em licenciaturas, bacharelados, tecnólogos, especializações, aperfeiçoamentos e extensão.

A EaD, no Brasil, passou por cinco gerações bem definidas (Sava *et al.*, 2018), sendo elas: a 1ª geração, marcada pelo envio de correspondências; na 2ª geração ocorreu o uso do rádio e da televisão para transmitir conhecimento; a 3ª geração é marcada pela criação da Universidade Aberta do Brasil; a 4ª geração trouxe a interação em tempo real através de áudios, web-conferências e telefone e a 5ª e última geração se caracteriza pelo uso de ambientes *online* de aprendizado como classes, universidades virtuais, plataformas e *fóruns* presentes em tecnologia *web*.

A EaD é considerada uma modalidade de ensino que democratiza o conhecimento, com a expansão apresentada pela UAB, que oferta um quantitativo superior de vagas, pois os cursos ofertados pela UAB contavam com unidades físicas acadêmicas operacionais denominadas “polos”, que oferecem suporte presencial nos cursos à distância, amparados legalmente por meio do Decreto nº 9.057/2017, que regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o qual trouxe várias mudanças na legislação do ensino à distância (Brasil, 2017a). Nesse contexto, a autora ressaltou que a EaD manifesta-se como uma realidade das políticas públicas no Brasil, que está apresentando um número cada vez maior de vagas para a população mais carente.

O Decreto nº 9.057/2017 trata da regulamentação do artigo 80 da LDB, Lei nº 9394/1996, que versa sobre a EaD, que a partir desse processo legal, as IES passaram a ter autonomia para criar polos, não dependendo mais de avaliação do MEC para a sua autorização de funcionamento, onde uma IES para ter autorização de oferta de cursos em um novo polo de sua rede, precisaria passar por um processo de cadastramento de novo polo, o que demandava várias exigências institucionais e de parceiros, e que podia levar até 2 (dois) anos esperando a comissão avaliadora e a publicação da portaria de funcionamento no Diário Oficial da União (Castro; Mattar; Oliveira, 2017). É revelado que a UAB já possuía 829 polos ativos em todo o país em 2021 (ABRUEM, 2021).

É pertinente ressaltar que a EaD, segundo Souza *et al.* (2021), apesar de estar atrasada em relação aos outros países e ter enfrentado inúmeros percalços em sua trajetória, tais como: a evasão de alunos, a falta de preparação dos alunos, falta de boas práticas para tutoria *on line*, dificuldades nas interações dos trabalhos em grupo, dentre outros, a EaD tem cumprido um papel fundamental na educação brasileira, trazendo a possibilidade de formação de vários profissionais, dentre eles, os graduandos no curso de Administração Pública, que apresenta-se como o foco desta pesquisa.

De acordo com Demarco (2013), foram surgindo iniciativas como a criação de uma rede de Escolas de Governo, que são organizações voltadas para a capacitação de servidores públicos. Nessa perspectiva, a ENAP, onde ocorreu a projeção do PNAP, foi idealizada pelo Governo Federal para atender essa demanda de qualificação a partir da educação superior.

Dessa forma, a EaD, por meio de políticas públicas voltadas para educação superior, como por exemplo, o PNAP, atua em favor da capacitação de profissionais locais que precipuamente trabalham e vivem nessas localidades, possibilitando a expansão do Ensino Superior no país. Assim, capacita os estudantes atingidos pelo Programa a influenciar positivamente na própria realidade social e política, no âmbito federal, estadual e municipal.

Para tanto, há no Sistema UAB, a oferta de cursos na área da Administração Pública, em: Bacharelado em Administração Pública, Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão Pública Municipal e Especialização em Gestão em Saúde.

Diante das abordagens pautadas no breve histórico da EaD no mundo e no Brasil foi possível registrar uma evolução significativa da referida modalidade de ensino a partir da TICs. Nessa perspectiva, na próxima seção pretende-se dar ênfase na influência provocada pela EaD na expansão do Ensino Superior no Brasil.

2.2 A Influência da Educação à Distância na Expansão do Ensino Superior no Brasil

No Brasil, a EaD é, segundo Arcanjo (2014), usada como ferramenta de democratização do ensino, notadamente no campo do Ensino superior, foco desta pesquisa. A referida modalidade de ensino possibilita que se alcance várias localidades onde o acesso às escolas tradicionais é escasso. A autora ressaltou ainda que a EaD passou a se tornar uma grande aliada do Estado na expansão da educação no país, principalmente o ensino superior.

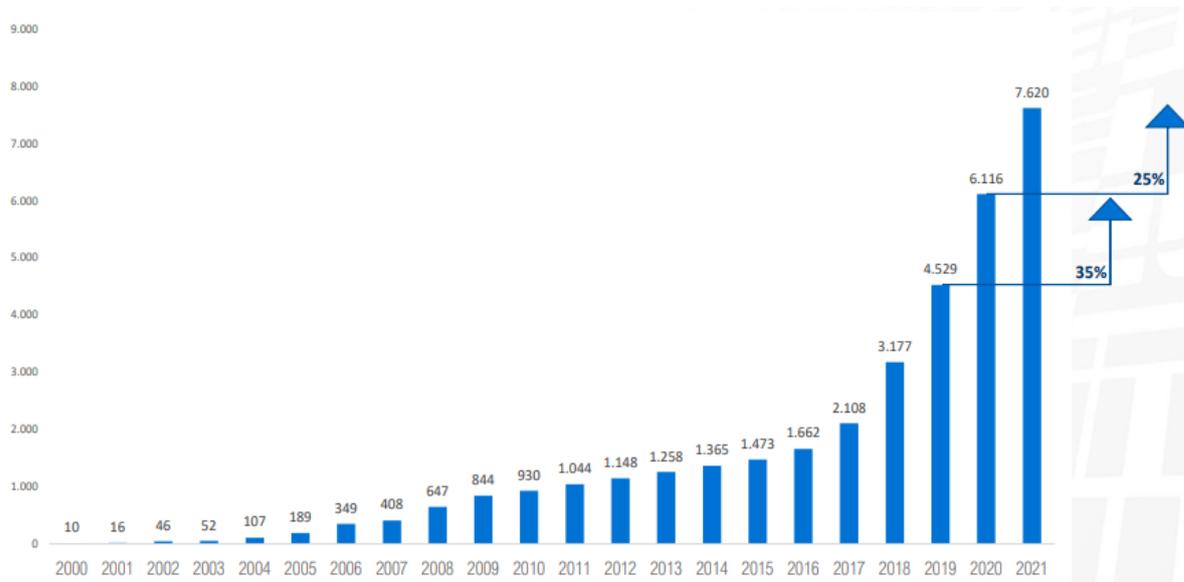
É pertinente ressaltar que a EaD no Brasil, de acordo com Damasceno (2020), passou a ocupar um papel de destaque no Ensino Superior, pois os alunos que aderiram essa modalidade de ensino já ultrapassaram em número os matriculados em cursos presenciais. Então, pode-se ressaltar que a influência da EaD na expansão do Ensino Superior é positiva, pois um dos fatores de maior contribuição para que esse fenômeno despontasse foi a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que viabilizou o acesso de jovens de classes menos favorecidas a IES particulares, estendendo bolsas para a modalidade EaD, o que trouxe um caráter inclusivo a este tipo de ensino.

Conforme o Relatório analítico a aprendizagem à distância no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), no ano de 2011 já tinham 3,5 milhões de alunos frequentando cursos de ensino à distância. A UAB, neste ano, já tinha 587 polos instalados pelo país, compreendendo 943 cursos em 92 Instituições Privadas de Ensino Superior (ABED, 2017).

O censo da EaD realizado no ano de 2021 aponta que o número de cursos chegou a 7.620 cursos, representando um salto em relação ao ano de 2000, o qual apresentou apenas 10 cursos. É pertinente ressaltar que o ano de 2017 foi um marco para a EaD no Brasil, com a publicação da Portaria Normativa nº 11, de 20 de julho de 2017, que passou a flexibilizar a criação de cursos nesta modalidade, retirando a obrigatoriedade da contrapartida presencial nestes cursos, o que resultou em um aumento na oferta de cursos e no número de matrículas. A

partir disso, as matrículas despontaram, superando assim o ensino presencial, como ilustra o Gráfico 1 (ABED, 2017; ABED, 2021).

Gráfico 1 - Evolução nos números de cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD.



Fonte: ABED (2021).

Conforme evidenciado pelo Gráfico 1, a quantidade de cursos superiores na modalidade à distância tem apresentado um aumento progressivo ao longo dos anos. Destacam-se especialmente os anos de 2019 a 2021, nos quais foi registrado um crescimento significativo em comparação aos períodos precedentes. Nota-se que esse aumento coincidiu com o período de pandemia provocada pela Covid-19, quando a educação à distância emergiu como a única alternativa viável diante das medidas de isolamento social.

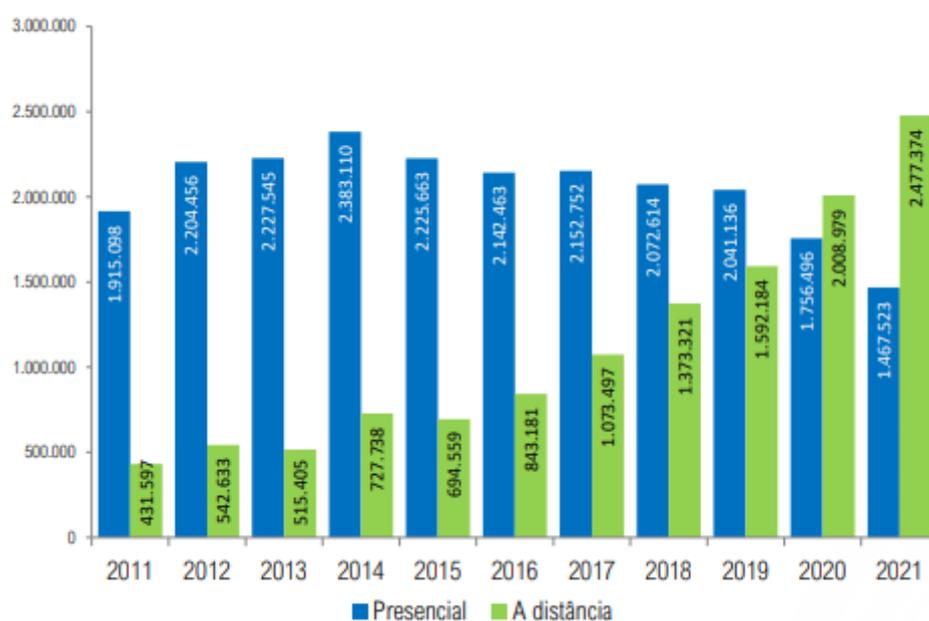
A ABED (2021) declarou que na atualidade a EaD é majoritariamente predominante do Ensino Superior, pois o número de ingressos em cursos de graduação à distância tem aumentado substancialmente nos últimos anos, mas o número de ingressantes em cursos presenciais diminuiu bastante, tendo o menor valor registrado em 2021, da série histórica dos últimos 21 anos, sendo que um dos fatores está na diferença no valor das mensalidades entre os dois tipos de ensino, cujo ensino totalmente à distância é mais barato, não apenas por este motivo em específico, mas ainda pelos custos agregados com transporte, alimentação e material de aula que os cursos presenciais e semipresenciais adicionam no dia a dia de seus alunos.

Borges (2015), em suas pesquisas, diz que a EaD influencia de forma positiva a

expansão do Ensino Superior no Brasil, como uma modalidade de ensino capaz de promover a ampliação do número e as possibilidades de acesso a educação superior a parcelas cada vez maiores da população, podendo afirmar que os programas governamentais de apoio e fomento à criação e implementação de cursos superiores via EaD contribuem, de forma significativa, para que o nível superior da educação seja cada vez mais acessível no país.

Nessa perspectiva, o relatório da ABED (2021), trouxe comprovações que identificaram um aumento significativo no número de matrículas em relação ao ano de 2021; houve um aumento no número de matrículas de graduação de 2011, com 431.597 matrículas para 2.477.374 matrículas no ano 2021 (Gráfico 2), pois tais dados recomendam que a EaD em sua ampla gama de modalidades é uma tendência em larga expansão e atrai cada vez mais adeptos deste tipo de educação.

Gráfico 2 - Evolução nos números de matrículas nos cursos superiores Presencial e EaD (2011 a 2021).



Fonte: ABED (2021).

Conforme evidenciado pelo Gráfico 2, o crescimento da educação à distância apresentou uma diminuição somente nos anos de 2013 e 2015, contrastando com o desempenho dos anos anteriores. Notavelmente, entre os anos de 2018 a 2021, houve um aumento substancial, totalizando mais de um milhão de matrículas. Em contrapartida, os números de matrículas no ensino presencial demonstraram uma significativa diminuição do ano de 2020 a 2021. Essa análise destaca não apenas a variação anual na modalidade à distância, mas também

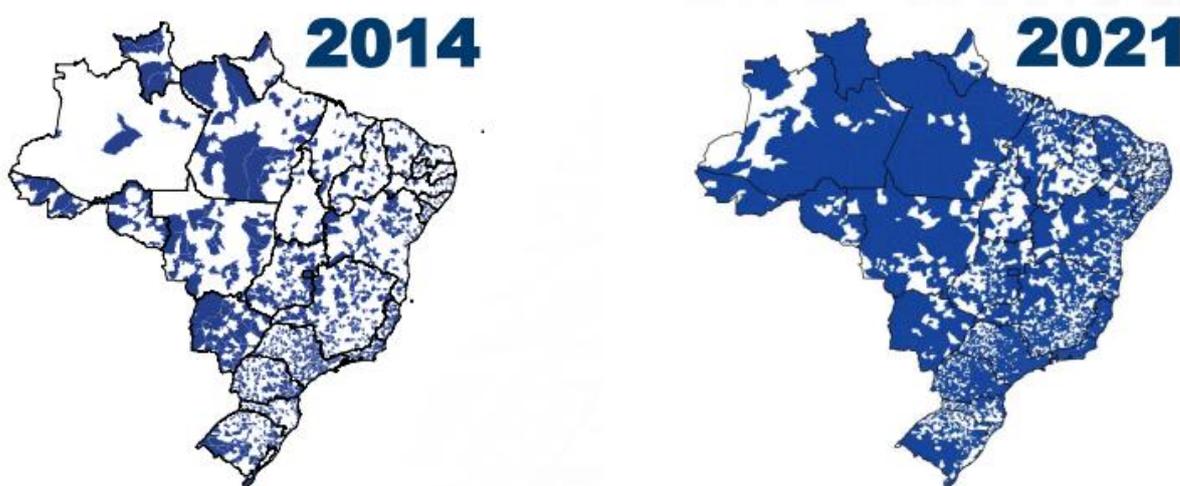
ressalta a dinâmica inversa observada no ensino presencial durante o período mais recente.

De acordo com Borges (2015), o Ensino Superior, através de EaD, conta com uma grande gama de instrumentos que possibilitam a interação do aluno com o objeto da aprendizagem e, ainda, com professores, tutores e demais discentes. O autor deixa evidente que as TIC disponíveis presencialmente dão ao aluno todas as possibilidades de interação necessárias: acesso ao material digital, vídeos, *links* de notícias e temas relacionados aos assuntos das disciplinas, salas de *chat* (bate-papo), onde os alunos podem se comunicar entre si, atendimento de professores e tutores e, ainda, muitas outras ferramentas.

Borges (2015, p. 90), discorre, ainda, sobre a alta qualidade nos cursos EaD, os quais são “gerenciados de forma responsável e comprometida, uma vez que privilegia a interação e participação de alunos, professores e tutores”. Nesse processo, o autor complementa dizendo que a EaD tem crescido nos últimos anos e, sobretudo, o Sistema UAB, que têm alcançado cada vez mais espaço dentro das IES públicas, tanto nas esferas estaduais quanto nas instituições federais.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que as modalidades de ensino à distância, estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, através das IES ou polos EaD, como mostra a Figura 1, em comparação com o ano de 2014.

Figura 1 - Apresentando o comparativo dos municípios brasileiros com alunos matriculados em polo EaD (2014-2021).



Fonte: ABED (2021).

De acordo com a figura 1, no ano de 2014, a presença de espaços em branco no mapa indicava uma distribuição irregular de alunos matriculados em Educação à Distância

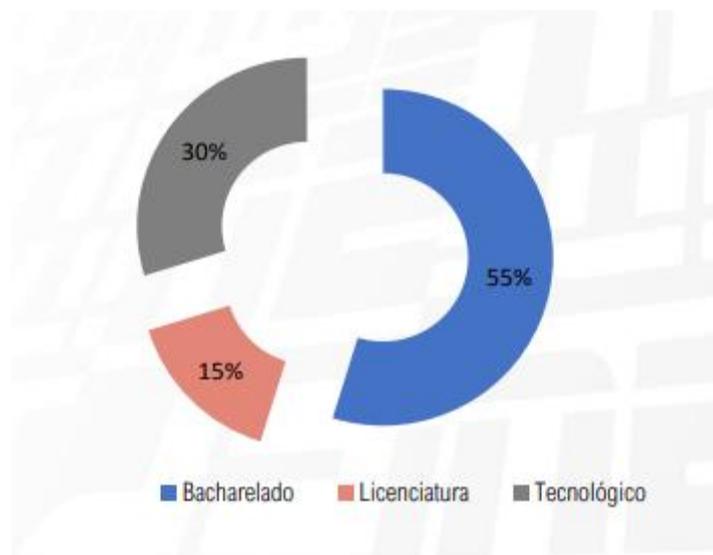
(EaD) nos municípios brasileiros. Entretanto, a figura de 2021 revela uma transformação notável, com quase todo o mapa do Brasil agora pintado de azul, representando a expansão significativa das matrículas em EaD ao longo desse período.

Diante do exposto, se comprova o crescimento das matrículas em curso de ensino superior na modalidade EaD. Para Borges (2015, p. 91), a “presença de cursos EaD ofertados por instituições de já conhecido sucesso em cursos presenciais somente reforça o valor e a qualidade dos cursos a distância oferecidos pelas mesmas”, pois o sistema UAB tem sido o motor de impulso que tem levado as IES públicas para os municípios mais interiorizados de seus estados, proporcionando o contato desses espaços com a cultura universitária e vice-versa.

A influência da EaD na Educação Superior é muito grande, pois os dados apresentados comprovam que o interesse por esta modalidade vem crescendo e se sobressaindo sobre o ensino superior presencial, por exemplo. Diante disso, a tendência é aumentar ainda mais a procura pelos cursos de ensino superior na modalidade EaD.

A figura 2 mostra o quantitativo de matrículas nas distintas modalidades de ensino à distância, como os cursos livres, que também se destacam pelo desenvolvimento de habilidades voltadas para o mercado de trabalho. Isso sugere que os alunos que estão buscando formação livremente também parecem ter o mundo do trabalho como sua maior preocupação. Destaca-se, no entanto, entre os cursos corporativos, o desenvolvimento de atitudes e habilidades interpessoais, revelando aquilo que o mercado de trabalho efetivamente está buscando desenvolver entre seus colaboradores já contratados. Assim, o interesse por cursos reconhecidos totalmente à distância ainda vem crescendo rapidamente, pois o número de matriculados em cursos semipresenciais é inferior aos cursos feitos totalmente à distância (ABED, 2021).

Figura 2 - Matrículas por nível acadêmico em cursos EaD no ano de 2021.



Fonte: ABED (2021).

Segundo o Censo da ABED (2021), pode-se analisar de forma qualitativa e quantitativa as matrículas por nível acadêmico, ou seja, quais cursos são mais requisitados dentro da formação verticalizada do ensino, pois a Figura 1 demonstra que a maioria das matrículas se concentra em cursos de graduação de bacharelado com 55%, de licenciatura com 15% e tecnólogo com 30%.

Nessa perspectiva, Moreira e Dal Molin (2019) corroboram que a EaD, nos últimos anos, cresceu vigorosamente no Brasil, alcançando um expressivo número dos que passaram a ter acesso ao Ensino Superior, pois a expansão da EaD está cumprindo sua missão de favorecer, por meio das plataformas digitais, àqueles que, por diversos motivos – socioeconômico, de tempo ou distância geográfica – não teriam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica.

2.3 A Universidade Aberta do Brasil e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública

Entre os programas de governo que mais impactaram na sociedade brasileira, destaca-se o projeto da UAB. Como observa Oliveira (2013), esse projeto foi amplamente aceito pela sociedade e mobilizou gestores das três esferas de governo, proporcionando a inclusão de pessoas que necessitavam adentrar os muros das Universidade e desempenha um papel fundamental na democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil. A criação da UAB, instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, teve como objetivo primordial expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país (Brasil,

2006, p. 19).

O principal propósito da UAB é promover a universalização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, através da oferta de cursos na modalidade à distância. Essa modalidade se desenvolve por meio de parcerias entre diversos entes federativos e instituições públicas de Ensino Superior, sendo apoiada por uma ampla rede nacional de polos de apoio presenciais, que oferecem suporte administrativo e pedagógico aos estudantes.

Além disso, a UAB tem objetivos específicos delineados no Decreto nº 5.800 (Brasil, 2006), que incluem a prioridade na oferta de cursos de licenciatura e formação continuada de professores de Educação Básica, capacitação de dirigentes e gestores em educação básica, bem como a oferta de cursos em diversas áreas do conhecimento. Isso visa ampliar o acesso à educação superior pública, reduzir desigualdades regionais na oferta de ensino, fomentar o desenvolvimento institucional na educação à distância e impulsionar a pesquisa em metodologias inovadoras apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

A UAB também busca ampliar o acesso à Educação Superior pública, reduzir as desigualdades regionais na oferta de ensino, estabelecer um sistema nacional de educação superior à distância e promover o desenvolvimento institucional e a pesquisa em metodologias inovadoras de Ensino Superior (Brasil, 2006, p. 16). Teve também como missão, financiar programas de qualificação da população na modalidade EaD. Esse financiamento ocorreu por meio do pagamento de bolsas e descentralização de recursos financeiros para as IES envolvidas no processo.

O PNE (2014-2014), traçou objetivos para os próximos 10 (dez) anos, com metas estipuladas a serem alcançadas na educação nacional. Dentre elas, destaca-se a 12ª meta, que corresponde a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014). É pertinente mencionar que o PNE possui como estratégia para o alcance, a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema UAB, levando em consideração a densidade populacional. Logo, UAB desempenha um papel central no alcance das metas relacionadas a políticas públicas na área da educação.

A expansão ocorreu nos anos seguintes, de acordo com informações do portal do MEC em 2018, a UAB estendeu sua rede para incluir 133 instituições públicas de ensino superior, disponibilizando 800 cursos em 777 polos (Brasil, 2023).

O relatório de 2021 da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) divulgou, no ano de 2021, dados que apontam que a UAB estava com 829 polos ativos em todo o país, sendo 155 deles na Região Sul; 216 no Sudeste; 88 na Região Norte; 279 no Nordeste, por fim; o Centro-Oeste com 91 polos ativos, influenciando diretamente da expansão substancial da educação superior no Brasil na modalidade EaD (ABRUEM, 2021).

A UAB, conforme Leite (2021), faz a articulação das universidades federais, estaduais e centros tecnológicos para o oferecimento de cursos de EaD para disponibilizar cursos de graduação, pós-graduação e extensão na modalidade de ensino à distância. Tais como: Administração, Administração Pública; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Artes Visuais; Ciências Biológicas; Ciências Contábeis; Ciências da Computação e Ciências da Natureza. Para compreender a estrutura da UAB, é importante destacar que existe uma hierarquia, na qual os polos desempenham um papel fundamental, sendo os locais onde ocorrem os momentos presenciais dos cursos. Esses polos são liberados mediante processo de avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Por outro lado, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são as responsáveis acadêmicas, utilizando sua estrutura física e de pessoal para ofertar cursos nos polos com o apoio financeiro da Capes. A UAB, portanto, não se configura como uma universidade que oferece cursos, mas sim como um programa constituído por um consórcio de várias IFES. A Capes, por sua vez, é o órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos, descentralizando o financiamento para a oferta de cursos que ocorrem nos polos de apoio presencial (Pinto Junior, 2014).

Os estudantes têm acesso a materiais pedagógicos e participam de atividades avaliativas, tudo isso abrangendo todo o território nacional. Essa abordagem tem possibilitado que a educação superior alcance as camadas sociais mais populares e regiões que anteriormente não tinham acesso ao ensino superior. Vale ressaltar que na UAB, os professores, tutores e coordenadores de curso não são efetivos do programa, mas são contratados temporariamente por meio de editais específicos para as funções que desempenham.

No contexto das iniciativas da Universidade Aberta do Brasil (UAB), os editais que regem a formação dos membros da equipe multidisciplinar constituem uma peça fundamental na condução eficiente de projetos e programas educacionais à distância. Tais editais estabelecem requisitos específicos para os profissionais que compõem essa equipe, visando garantir a qualidade e eficácia das ações propostas.

Entre as principais exigências, destaca-se a titulação acadêmica, demandando

graduação e, em muitos casos, pós-graduação na área correlata ao projeto. Além disso, a experiência profissional relevante é frequentemente solicitada, englobando tanto vivência docente quanto prática no campo de atuação do programa. A dedicação dos membros, seja integral ou parcial, é consideração recorrente, assim como a valorização de conhecimentos em Educação à Distância (EaD), dado o formato predominantemente online dos cursos oferecidos pela UAB. Habilidades complementares, como familiaridade com tecnologias educacionais e competências em design instrucional, também podem ser requeridas, adaptando-se às particularidades de cada projeto.

Essas exigências, juntamente com a maneira precária como são remunerados nas universidades públicas por meio de bolsas, são temas que merecem críticas profundas. A falta de reconhecimento adequado para os tutores à distância, que muitas vezes não são considerados como professores, é uma questão particularmente preocupante. Isso não apenas subestima o papel crucial que desempenham na educação à distância, mas também reflete uma desvalorização geral do trabalho educacional.

Além disso, a natureza das bolsas muitas vezes não proporciona condições financeiras estáveis e adequadas para os profissionais envolvidos. Isso pode levar a uma situação em que esses indivíduos, apesar de desempenharem funções educacionais fundamentais, enfrentam dificuldades financeiras significativas.

Portanto, é importante reavaliar as políticas relacionadas às exigências dos editais da UAB, bem como os sistemas de remuneração, para garantir que os integrantes da equipe multidisciplinar, incluindo os tutores à distância, sejam tratados com justiça, reconhecimento e remuneração adequada. Isso não apenas promoverá um ambiente educacional mais justo e equitativo, mas também incentivará profissionais altamente qualificados a continuar contribuindo para o ensino superior à distância no Brasil.

Em resumo, a UAB desempenha um papel crucial na democratização do ensino superior no Brasil, proporcionando acesso a uma ampla gama de cursos por meio da modalidade de educação à distância. Seu crescimento ao longo dos anos demonstra seu impacto positivo na educação brasileira e no alcance das metas do PNE.

O PNAP surgiu a partir da experiência piloto do curso de Administração Pública, no ano de 2006, sob supervisão da Secretaria de Educação à Distância (SEED), do MEC, pela Capes e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). O referido Programa oferta cursos de graduação e especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde (Brasil, 2018).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital

UAB/Capes01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de IPES para oferta dos cursos mencionados. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Instituição. Assim, a matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo usados em todos os cursos e em todas as IPES aprovadas. É pertinente ressaltar que o PNAP foi elaborado como programa refletido em um direito social inalienável da pessoa humana, pois a educação apresenta-se como um poderoso instrumento de construção sociocultural (Brasil, 1988).

De acordo com a Capes (Brasil, 2020), houve dois editais realizados para seleção de IES aderentes ao PNAP, um no ano de 2009 e outro no ano de 2012. Em 2009, um total de 46 IES aderiram ao Programa e 422 municípios brasileiros foram alcançados. Em 2012, 45 IES participaram e passaram no referido edital, houve adesões de IES até então não participantes do Programa, outras aderentes a novos cursos, expansões de vagas e novos municípios alcançados (Brasil, 2012).

É pertinente ressaltar que o PNAP faz parte de um programa que é sustentado pela Capes, tendo a missão de ofertar cursos superiores (bacharelado) e de especialização à distância, principalmente na área de Gestão Pública. Para isso, foi estruturada uma rede, envolvendo a UAB e inúmeras IPES, que oferecia a estrutura apropriada e as instituições federais de ensino ficavam com a responsabilidade de fornecer os recursos humanos e a execução pedagógica dos cursos do PNAP (Vieira, 2018).

O PNAP foi construído de forma coletiva e colaborativa, com o envolvimento de inúmeras universidades públicas que fazem parte do Sistema UAB, com a experiência dos coordenadores do curso de Administração Piloto, com a participação do Conselho Federal de Administração, com profissionais da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com o Ministério da Saúde (MS), por meio de especialistas da Fundação Oswaldo Cruz.

A partir da criação do PNAP, como uma ação pública de formação vinculada ao Sistema UAB, ofertada em nível nacional na modalidade de EaD, visando formar e qualificar pessoal de nível superior para o exercício de atividades gerenciais, possibilitou que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, cooperando para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal (Soares, 2019). Com isso, foi dado aos gestores o poder de se desenvolver a partir de uma intervenção na realidade social, política e econômica, acarretando em contribuições para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal (Brasil, 2018).

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais

no país, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino à distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das TICs (Brasil, 2018).

Segundo as pesquisas de Demarco e Vieira (2014), o objetivo do PNAP é propiciar aos estudantes, gestores públicos, uma tomada de consciência sobre as atuais políticas de governo, a partir do desenvolvimento das capacidades necessárias para promover o conhecimento sobre o contexto socioeconômico, bem como o cultural e político que conformam o campo da gestão pública no Brasil. Logo, o PNAP contribui significativamente para as melhorias das atividades desenvolvidas pelo Estado brasileiro, dando autonomia para os gestores públicos intervirem na realidade social, política e econômica.

O PNAP deixa evidente a confiança que o governo federal tem na EaD como uma política pública voltada para a formação de recursos humanos na área de Administração Pública. Nessa perspectiva, o citado programa abrange a oferta do curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área de Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde Pública (Brasil, 2020).

A Fundação Capes realiza, por meio de edital, a seleção das Instituições Públicas de Ensino Superior e seus respectivos cursos e polos de apoio presencial, condicionadas a exigências e a assinatura do Termo de Compromisso e Acordo de Cooperação Técnica, avaliação da infraestrutura dos polos de apoio presencial por parte da Diretoria de Educação à Distância da Capes (Capes, 2009).

De uma maneira geral, dentre as exigências necessárias para o efetivo início dos cursos, de Graduação ou Especialização ofertados pelo PNAP, devem ser considerados os seguintes aspectos: i) adequada infraestrutura física e de recursos humanos dos polos de apoio presencial, a fim de garantir o bom funcionamento dos cursos; ii) situação de credenciamento para educação à distância regular ou em tramitação no Sistema do MEC; iii) a organização acadêmica adequada à oferta dos cursos; iv) aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos pelas Instâncias Superiores da IES; v) aprovação pelas demais Coordenações Gerais da Diretoria de Educação à Distância da Capes; vi) a inclusão das articulações e ofertas dos cursos no SISUAB. Além desses critérios, somente são apoiados financeiramente os projetos pedagógicos dos cursos em conformidade com os disponibilizados pela Diretoria de Educação à Distância.

Em apenas três anos de Programa, o PNAP conseguiu cumprir de forma

significativa os objetivos relacionados ao aumento do número de oferta de vagas para o curso superior e especialização em cursos voltados a administração pública, além da própria democratização, interiorização desses cursos, levando-os a lugares até então não alcançados.

O Programa tem alcançado cada vez mais regiões e municípios no Brasil e, de acordo com as características descritas nos respectivos projetos, o PNAP tem se mostrado como uma alternativa válida para as problemáticas que envolvem a falta de capacitação profissional em localidades não alcançadas em relação a oferta desses cursos, na redução de desigualdades sociais e regionais, além de oportunizar o ingresso e formação superior para milhares de alunos em todo o país.

2.4 Gestão da Aprendizagem no Ensino Superior à Distância

Conforme Lacombe e Heilborn (2008), a gestão é compreendida como um conjunto de elementos cruciais que englobam: o planejamento, a organização, a liderança, a coordenação e o controle. Todos essenciais para a tomada de decisões estratégicas em uma organização, visando a consecução de suas metas e objetivos.

O processo de planejamento corresponde a definição de metas, na distribuição acertada de recursos, além da identificação das estratégias mais adequadas para alcançar os resultados estipulados. A organização, diz respeito à distribuição de responsabilidades, à atribuição de autoridade com o objetivo de promover de relações interpessoais eficazes (Lacombe; Heilborn, 2008).

A liderança, por sua vez, atua na capacitação de gestores a conduzirem suas equipes na busca de metas individuais e coletivas da organização, embasando-se em uma visão prospectiva. Assim, os líderes exercem mais de um papel, incluindo direção, delegação, supervisão e tomada de decisões. A coordenação atua na promoção da colaboração e tem como objetivo “estabelecer as relações entre os grupos de modo a possibilitar que as pessoas trabalhem eficazmente para atingir os objetivos” (Lacombe; Heilborn, 2008, p. 48), visando à integração e sincronização dos esforços coletivos.

Conforme Sobral e Peci (2013), a função de controle na administração é responsável por garantir que os objetivos sejam alcançados. Ela engloba a supervisão e a avaliação do desempenho da organização, a comparação com os objetivos planejados e a correção de desvios, se necessário. Essa função inclui a definição de indicadores de desempenho, a análise regular do desempenho real, a comparação entre metas planejadas e desempenho real e, por fim, a implementação de medidas corretivas quando desvios

significativos são identificados. Portanto, é por meio da função de controle que a organização se mantém no caminho desejado ou planeja ajustes quando necessário.

Na prática, todas as funções da administração são executadas de uma forma inter-relacionada e não necessariamente sequencial. A aprendizagem vista como um processo, ao invés de um produto final, implica levar em conta o que acontece quando ela ocorre. As explicações sobre este processo são chamadas de teorias de aprendizagem.

Assim, Foresti e Teixeira (2012) destacam que a aprendizagem na sociedade contemporânea é significativamente diferente do que era no passado. As características da era digital, como o enorme fluxo de informações e a integração das tecnologias no cotidiano das pessoas, ampliam as oportunidades de interatividade, comunicação e protagonismo.

Portanto, tais características marcam o universo atual da EaD, por desempenharem um papel importante na Educação à Distância devido a sua aplicabilidade, foco na mensuração e ênfase em processos cognitivos, tornando-as relevantes e eficazes na concepção e entrega de cursos online (Maia; Mattar, 2008). O desenvolvimento dessas diferentes teorias indica uma evolução no entendimento sobre a educação e aprendizagem.

A aprendizagem é compreendida como um processo interno no qual os indivíduos adquirem não apenas conhecimento, mas também comportamentos e valores. Este processo é construído através das relações estabelecidas pelos sujeitos com o ambiente e com outras pessoas. Essa abordagem reconhece que a aprendizagem é ativa e interna, com o indivíduo desempenhando um papel fundamental na construção de seu conhecimento e na formação de sua identidade (Ferro; Paixão, 2017).

Enquanto tecnologias tradicionais como correspondência postal, teleconferências, material impresso, aulas presenciais esporádicas, laboratórios físicos e recursos analógicos como fitas cassetes e vídeos em VHS, eram usadas principalmente para expandir as capacidades sensoriais humanas, como visão e audição, as novas tecnologias têm o poder de aprimorar o potencial cognitivo humano. Isso se refere à capacidade da mente e do cérebro de realizar combinações cognitivas complexas e colaborativas. A profusão de informações disponíveis nas redes, especialmente na Internet, permite que um grande número de agentes cognitivos humanos se conecte em um processo coletivo de construção do conhecimento (Assman, 2005).

A aprendizagem on-line incorpora diversas mídias, como texto, imagens, áudio, vídeo, animações e simulações (Bates, 2017). O desafio está em compreender como cada uma dessas mídias pode ser usada de maneira integrada para desenvolver um conhecimento profundo e uma ampla gama de habilidades.

Assmann (2005) afirma que é imperativo que os educadores do século atual

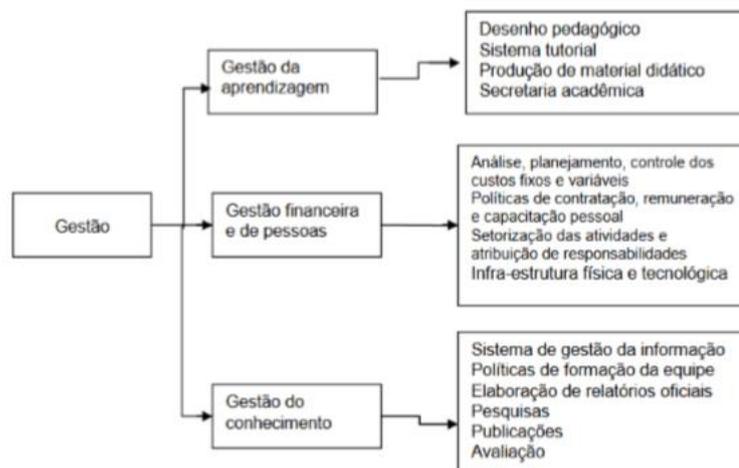
compreendam que a aprendizagem não se limita à reprodução do que foi ensinado. Em vez disso, é um processo no qual o aprendiz desempenha um papel ativo na construção do conhecimento. Portanto, a docência deve evoluir para atender às necessidades dos jovens deste século, reconhecendo a natureza dinâmica e participativa da aprendizagem.

Quando se fala em aprendizagem, passamos a considerar a educação do indivíduo como um plano que pode ser ajustado. Esse plano é criado com cuidado e monitorado para ver como as partes que o compõem contribuem para o aprendizado dos alunos. Chamamos isso de gestão da aprendizagem. Ela envolve estabelecer metas sobre o que os alunos precisam aprender, criar avaliações para medir seu progresso em relação a essas metas e usar critérios que mostram em que nível os alunos estão e onde precisam melhorar para alcançar as metas (INSPER, 2013).

A estrutura organizacional de um programa de EaD inclui diferentes unidades responsáveis por diversas tarefas. Isso engloba a administração financeira e acadêmica, a criação de materiais didáticos, o apoio aos alunos, suporte técnico, pesquisa e avaliação, bem como o desenvolvimento de novos projetos pedagógicos, entre outras atividades (Roesler; Sartori, 2005).

Geralmente, essas atividades são realizadas por equipes multidisciplinares que trabalham de forma cooperativa e em rede. De acordo com Sartori e Roesler (2005), podemos dividir essas tarefas em três áreas principais: gerenciamento da aprendizagem, gerenciamento financeiro e de recursos humanos, e gerenciamento do conhecimento.

Figura 3 - Gestão de programa em EaD.



Fonte: Sartori; Roesler (2005).

Dentro desse cenário, da gestão de sistemas de ensino à distância, as atividades dos

professores e da equipe pedagógica como um todo, desempenham o papel central no processo de ensino e aprendizagem. As ações acadêmicas e administrativas também são fundamentais, fornecendo a base necessária para oferecer suporte e assistência aos estudantes. Esses elementos estão interconectados e, juntamente com a gestão dinâmica e a busca contínua por inovação, revitalizam os processos que envolvem a vida universitária (Roesler, 2008).

Nesse contexto, a organização e a administração do trabalho dos professores em torno de um plano de ensino formam um sistema de educação à distância. Esse sistema inclui atividades como planejamento, administração, acompanhamento e avaliação, bem como elementos de equipes colaborativas, recursos de ensino, instalações físicas e orçamento, além das relações com outras instituições. Esses elementos se conectam aos processos e modelos de gerenciamento de sistemas maiores de educação à distância, aos quais estão associados, que podem ser programas mais abrangentes ou cursos específicos de ensino à distância.

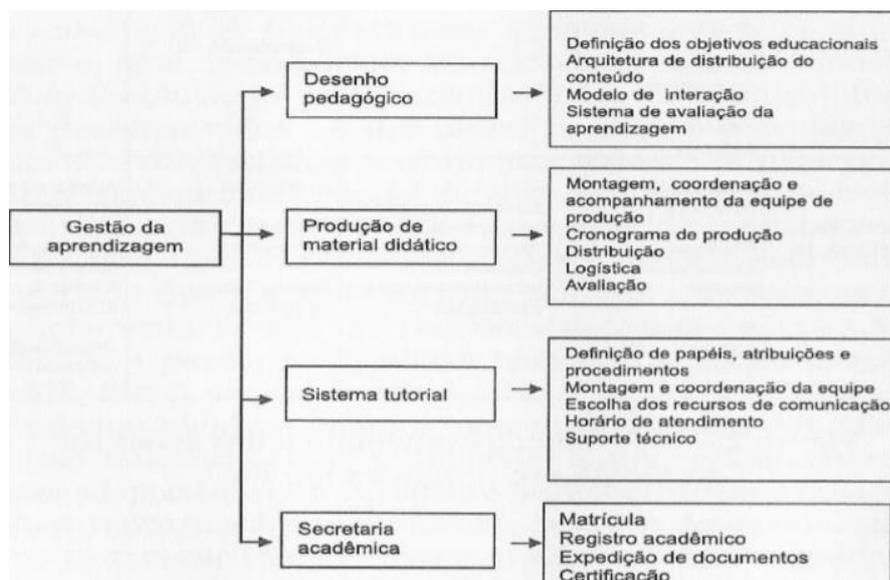
De acordo com Roesler e Sartori (2005), a gestão da aprendizagem é composta por várias partes, incluindo o planejamento educacional, a criação de materiais de ensino, o sistema de suporte aos estudantes e a administração acadêmica. Para garantir que a gestão da aprendizagem seja eficaz, é fundamental entender completamente o projeto do curso, a estrutura organizacional e acadêmica do programa de EaD e as responsabilidades dos diferentes envolvidos.

A gestão da aprendizagem envolve uma série de atividades relacionadas ao planejamento pedagógico, à criação de recursos didáticos e à assistência tutorial. Essas atividades incluem estratégias de trabalho que têm como objetivo assegurar o progresso do processo de ensino-aprendizagem, alinhando-o com as demandas e as expectativas dos estudantes matriculados no curso (Roesler, 2008).

A Figura 3 apresenta a estrutura interna da gestão da Aprendizagem, proposta por Sartori e Rodeler (2005), constituída por quatro campos de atuação: Desenho Pedagógico, Produção de material didático, Sistema Tutorial e Secretaria Acadêmica.

Para Sartori e Roesler (2005), o desenho pedagógico corresponde a definição dos objetivos educacionais; à concepção curricular; à escolha das mídias educativas e de comunicação que serão colocados à disposição de estudantes e de docentes/tutores; a concepção e execução dos materiais didáticos; a definição da metodologia de ensino; a concepção dos sistemas de avaliação; a elaboração da dinâmica do atendimento tutorial ao aluno e as relações dos estudantes entre si.

Figura 4 - Gestão da aprendizagem no curso superior.



Fonte: Sartori e Roseler (2005).

O processo de fazer materiais de ensino começa com um plano que inclui datas, recursos e a equipe que vai trabalhar nele. É importante decidir quem serão os escritores. Ter um cronograma a fim de garantir que tudo seja feito a tempo. Depois de criar o visual dos materiais, o texto é revisado e formatado usando um programa de computador específico, considerando ainda se serão impressos ou disponíveis on-line, pois isso interfere diretamente na interação e aprendizagem do aluno (Sartori; Roesler, 2004).

Portanto, a seleção das mídias, como vídeos, textos, etc., precisa ser feita com cuidado, pois elas ajudam no aprendizado. Se a escolha for errada, pode ser difícil entender ou usar. Dessa forma, considerando tudo o que foi trazido acerca da aprendizagem, destaca-se que a escolha das mídias deve ser baseada nas necessidades dos alunos e na forma como a equipe ensina. Além disso, é importante treinar as pessoas para usar essas mídias corretamente.

Essa decisão também envolve considerar quem é o público-alvo e como eles poderão acessar as mídias que foram escolhidas para entregar informações, comunicar e interagir (Roesler, 2008). Isso assegura que os alunos recebam os materiais a tempo de iniciar seus estudos. O uso de programas de computador auxilia na administração da organização e planejamento.

Estudar à distância pode ser um desafio significativo, uma vez que os estudantes precisam assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem. Superar obstáculos comuns, como a falta de hábito de estudo independente, sentimentos de isolamento devido à distância e dificuldades acadêmicas, requer apoio e incentivo fundamentais.

Para apoiar os alunos nessa jornada, surge o sistema tutorial, uma equipe composta por profissionais que desempenham papéis específicos e seguem processos organizacionais bem definidos. As instituições de ensino à distância têm desenvolvido estratégias distintas para apoiar os alunos. Em geral, essa equipe é composta pelo coordenador de curso, autor de material didático, professor, tutor e monitor, cada um desempenhando um papel fundamental no processo de aprendizagem.

O coordenador de curso, por exemplo, desempenha um papel central na gestão acadêmica e pedagógica, assegurando que o curso funcione de maneira eficaz. Suas responsabilidades vão desde a concepção do plano de ensino até o acompanhamento do progresso dos alunos em várias turmas (Azevedo; Sathler, 2019).

O autor é encarregado de desenvolver o material didático, estabelecer objetivos de aprendizagem e propor atividades de avaliação, tudo de acordo com o plano pedagógico do curso. Além disso, embora não seja obrigatório, ele pode desempenhar o papel de professor formador (Silveira; Parreira; Bigolin; Pertile, 2019, p. 51).

O professor formador, por sua vez, tem a responsabilidade de orientar os alunos na disciplina, fornecer apoio, guiar o tutor e participar do processo de avaliação. Ele atua como o facilitador do conhecimento, ministrando aulas (presenciais ou a distância), workshops e avaliando as atividades dos alunos. Além disso, está envolvido na orientação e acompanhamento de atividades práticas, como Estágios Supervisionados e Trabalhos de Conclusão de Curso, quando necessário (Silveira; Parreira; Bigolin; Pertile, 2019, p. 51).

No contexto do ensino à distância, surge o papel do tutor, que não é responsável pela criação do conteúdo do curso, mas deve ter um conhecimento sólido sobre o assunto, habilidades pedagógicas e proficiência nas ferramentas de ensino à distância. O tutor auxilia os alunos a seguir o plano de estudos, compreender o conteúdo, realizar as atividades propostas, e desempenha um papel motivador. Além disso, ele pode ter responsabilidades na gestão acadêmica (Garcia; Carvalho Júnior, 2015).

Em resumo, em um ambiente de Ensino à Distância, a colaboração entre coordenadores, autores, professores, tutores e monitores é essencial para proporcionar uma experiência educacional eficaz. Cada membro da equipe desempenha um papel fundamental na garantia do sucesso dos alunos e na superação dos desafios do aprendizado à distância.

3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Esta seção discorre sobre a EaD na UNIFAP, com um enfoque particular na estrutura organizacional da modalidade EaD na instituição, na gestão da aprendizagem nesta modalidade e no curso de Bacharelado em Administração Pública oferecido pela EaD UNIFAP. Importa salientar que todas as informações discutidas neste seção têm como fonte o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública – Modalidade à Distância do MEC, por meio do PNAP (Brasil, 2020).

3.1 Estrutura organizacional da Educação à distância na UNIFAP

A UNIFAP representa uma peça chave no cenário educacional superior, estabelecida pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986 e formalizada pelo Decreto nº 98.977, de 2 de março de 1990, sob a supervisão do MEC. No ano de 2001, a UNIFAP expandiu seus horizontes ao inaugurar suas atividades no âmbito do ensino à distância, através de iniciativas conjuntas com outras entidades governamentais, como a Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC), a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

A implementação do sistema de ensino à distância na UNIFAP, em colaboração com a UAB, notabiliza-se por seu impacto significativo no avanço educacional do Estado do Amapá. As metodologias empregadas nesta modalidade educacional têm o potencial de democratizar o acesso à educação para inúmeros brasileiros, que por barreiras como a escassez de tempo, distância geográfica ou restrições financeiras, encontram-se impedidos de dar continuidade aos seus estudos.

A Fundação UNIFAP se configura como uma entidade pública de natureza jurídica privada, sustentada pela União, instituída pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e consolidada pelo Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990, sob a égide do Ministério da Educação, com jurisdição estabelecida na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, consoante o seu Estatuto.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso, a UNIFAP se edifica e se organiza pautada nos princípios da unidade de patrimônio e gestão; da indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, prevenindo a replicação de meios para objetivos idênticos ou análogos; da universalidade de campo, através do cultivo das esferas do saber humano e das áreas técnico-profissionais; do pluralismo de pensamentos e de concepções; e da racionalidade organizacional

com emprego integral de recursos humanos e materiais (Brasil, 2020).

A estruturação da Universidade (1986), em consonância com os preceitos legais, destaca a preponderância das atividades-fim sobre os meios, reiterando a supremacia da individualidade, mediante a contínua valorização e aprimoramento dos recursos humanos. Consoante o seu Estatuto, a Fundação UNIFAP se pauta por princípios cruciais que delineiam sua organização. Esses princípios englobam a unidade de patrimônio e administração, a gestão democrática corroborada pela instauração de órgãos colegiados deliberativos que integram os segmentos da comunidade institucional local e regional.

Há também a ênfase na unidade de atuação universitária nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, prevenindo a replicação de meios para objetivos idênticos ou correlatos. Ademais, ressalta-se a racionalidade organizacional com a completa utilização dos recursos materiais e humanos, a universalidade de campo através do cultivo das áreas basilares dos saberes humanos, seja para apreciação intrínseca ou para posteriores aplicações em domínios técnico-profissionais. Há ainda a flexibilidade de métodos e critérios, visando a aplicação de perspectivas científicas e a atenção às singularidades dos agentes engajados com as características regionais e às demandas de interdisciplinaridade dos programas.

A estrutura organizacional da UNIFAP é composta por diversos órgãos, divididos em distintas categorias. Os Órgãos Colegiados Superiores incluem o Conselho Diretor e o Conselho Universitário, enquanto os Órgãos Executivos Superiores são representados pela Reitoria e Pró-Reitorias. Complementam a estrutura os Órgãos de Assessoramento, os Órgãos da Administração Geral e os Órgãos Executivos de Administração Específica (Brasil, 2020). Contudo, é crucial adotar uma perspectiva crítica ao analisar a eficácia e a pertinência dos princípios e da estrutura organizacional adotada pela UNIFAP. A gestão democrática, por exemplo, necessita ser incessantemente avaliada para assegurar a genuína representatividade e participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

A UNIFAP tem demonstrado um comprometimento com a expansão e qualidade do ensino superior. Esse empenho é visível através de sua bem definida estrutura organizacional para a implementação e manutenção desse tipo de ensino. Tal estrutura reflete a interação de vários atores especializados, garantindo a qualidade e eficiência do processo educativo na modalidade à distância. O estudante, aquele que opta por essa modalidade de ensino, está no centro dessa estrutura. Ele é aquele que, mesmo distante fisicamente da instituição, busca adquirir conhecimento e habilidades através das plataformas online fornecidas pela universidade. Sua experiência de aprendizagem é mediatizada por diversas ferramentas e profissionais especializados, todos engajados para maximizar o potencial de cada aluno.

Um dos primeiros grupos de profissionais nessa estrutura são os professores autores. Eles são responsáveis pela criação dos materiais didáticos, que podem ser impressos ou disponibilizados nos AVAs. Esses materiais são fundamentais para orientar o estudante em sua trajetória acadêmica e fornecer conteúdo de qualidade que esteja em consonância com os objetivos do curso (Brasil, 2020). Os professores formadores, por sua vez, têm a função de ministrar as disciplinas no curso. Seu papel vai além da mera transmissão de conteúdo, pois são eles que proporcionam o ambiente de aprendizagem, interagem com os estudantes e avaliam seu desempenho. Eles garantem a aplicação prática e teórica do conteúdo e são um ponto de contato crucial entre o estudante e a instituição.

Existe também a figura do professor pesquisador, que se liga ao programa de pós-graduação da IPES. Sua principal função é monitorar e avaliar o desenvolvimento do curso, seja em sua totalidade ou em subsistemas específicos (Brasil, 2020). Esta avaliação é essencial para garantir a continuidade e melhoria do ensino à distância, adaptando-o às necessidades emergentes e às novas realidades educacionais. Os tutores (a distância e presencial) ocupam um espaço singular na educação à distância. Eles são bacharéis em Administração ou áreas correlatas e têm o papel de guiar, auxiliar e avaliar os estudantes durante todo o curso. Antes de iniciarem suas atividades, recebem formação específica em Educação à Distância, assegurando que estejam preparados para lidar com as particularidades e desafios que essa modalidade de ensino apresenta (Brasil, 2020).

A coordenação desempenha um papel vital na estrutura organizacional da educação à distância. O Coordenador de Curso, especificamente, é um professor da UNIFAP e é selecionado através de um processo seletivo. Suas competências são vinculadas às normativas da Capes e ele é responsável por coordenar o curso no âmbito do Sistema UAB, bem como desenvolver projetos de pesquisa relacionados ao curso. Da mesma forma, o Coordenador de Tutoria é designado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB. Ele coordena os tutores dos cursos, garantindo que desempenhem suas funções eficazmente e contribuam para a excelência do processo educativo. Também está envolvido no desenvolvimento de projetos de pesquisa que são pertinentes ao curso (Brasil, 2020).

A equipe multidisciplinar vai além do corpo docente e dos tutores, existe uma equipe que oferece suporte técnico-administrativo. Esta equipe tem funções de apoio administrativo e é responsável pela produção e manutenção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) utilizadas no curso. Entre eles estão secretários, diagramadores, designers institucionais e web designers. A estrutura organizacional da educação à distância na UNIFAP é uma combinação harmoniosa de diversos profissionais especializados que trabalham

conjuntamente para proporcionar uma experiência educacional de qualidade. A interação entre esses atores assegura que os estudantes recebam um ensino robusto, atualizado e adequado às necessidades da sociedade contemporânea.

3.2 Gestão da Aprendizagem do EaD na UNIFAP

A UNIFAP tem se destacado como uma instituição pioneira na promoção do EaD no Brasil. Instituída por decretos legais nas décadas de 80 e 90, a UNIFAP posicionou-se estrategicamente ao longo dos anos para oferecer educação de qualidade à população, superando os desafios geográficos do Estado do Amapá. Essa abordagem educacional tem ganhado relevância devido às características singulares da região, que incluem limitações no transporte terrestre com outros estados, tornando o acesso à educação presencial uma tarefa árdua para muitos. O curso é ofertado nos polos: Pólo Equador (Macapá); Pólo Santana; Pólo Vitória do Jari e Pólo Oiapoque.

Em 2001, a universidade aprofundou seus compromissos com a modalidade EaD ao iniciar atividades nesse formato. Estas ações foram desenvolvidas em colaboração com importantes instituições federais, como a Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC), a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). A parceria com tais instituições possibilitou a criação e implementação de programas robustos que visam a capacitação e formação de milhares de brasileiros que, devido a diversos motivos, incluindo logística, tempo e finanças, enfrentam barreiras para continuar seus estudos. A abordagem EaD da UNIFAP, particularmente em conjunto com o sistema UAB, é uma resposta direta às necessidades educacionais do Estado do Amapá. O estado, por não possuir rodovias que o ligam diretamente a outras regiões, restringe o movimento das pessoas em busca de oportunidades educacionais. Assim, a modalidade à distância oferecida pela UNIFAP se torna uma solução viável e, muitas vezes, a única opção para muitos, especialmente educadores, que buscam atualização profissional sem a necessidade de se deslocar.

O papel dos tutores (presenciais e a distância) no Sistema de EaD da UNIFAP é digno de nota. Eles são responsáveis por mediar a comunicação entre professores e alunos, garantindo que o conteúdo seja transmitido de forma eficaz. Além disso, acompanham de perto as atividades dos alunos, estabelecem um contato constante, e são vitais no processo de avaliação. Sua importância é tão acentuada que a universidade insiste que eles recebam uma formação específica, concentrando-se nos aspectos político-pedagógicos da educação à distância, bem como na proposta metodológica do curso.

Esta formação, oferecida pela própria UNIFAP através do Departamento de Educação à Distância, ocorre antes do início das atividades do curso e é continuamente reforçada ao longo da trajetória acadêmica. Tal investimento na capacitação dos tutores revela a ênfase da universidade na qualidade e eficácia da entrega do conteúdo, garantindo que os alunos recebam uma educação que esteja à altura dos padrões de cursos presenciais. A gestão da aprendizagem no EaD na UNIFAP também é caracterizada pelo uso de diversas ferramentas tecnológicas para facilitar a interação. O AVA é repleto de recursos, incluindo fóruns, chats, bibliotecas virtuais e sistemas de acompanhamento individualizado dos alunos. Além disso, videoaulas complementam o conteúdo, permitindo uma experiência de aprendizado dinâmica e envolvente (Brasil, 2020).

Entretanto, a universidade não se restringe apenas a ferramentas digitais. Reconhecendo a diversidade de seu corpo discente e as variadas necessidades de aprendizagem, a UNIFAP incorpora meios mais tradicionais de comunicação, como o telefone e materiais impressos. Este ecossistema multifacetado de ferramentas de aprendizagem garante que todos os estudantes, independentemente de sua localização ou preferência de aprendizado, tenham acesso ao conteúdo de maneira eficaz (Brasil, 2020). A utilização de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas na gestão da aprendizagem destaca a adaptabilidade da UNIFAP às tendências contemporâneas de comunicação. Reconhecendo a prevalência dessas plataformas na vida diária dos estudantes, a universidade as integra ao processo educativo, proporcionando um ambiente familiar e acessível para discussões acadêmicas.

A metodologia proposta para este curso é delineada por diretrizes específicas que orientam a concepção, elaboração e produção de conhecimentos a serem explorados ao longo do currículo. Estas diretrizes visam integrar uma variedade de saberes essenciais para a contemporaneidade, incluindo fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento, técnicas e práticas inerentes, bem como o fomento de habilidades sociais voltadas para a convivência ética e responsável (Brasil, 2020). De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, esta abordagem busca também promover o desenvolvimento contínuo dos recursos humanos na esfera dos códigos de informação e comunicação, estimulando simultaneamente o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade (Brasil, 2020).

A seleção de temas e conteúdos é estrategicamente realizada para refletir os contextos vivenciados pelos educandos, tanto em seus ambientes de trabalho quanto nas dimensões local e regional. A pluralidade é um enfoque adotado no tratamento dos temas e conteúdos, evitando perspectivas unilaterais, normativas ou doutrinárias, e orientando as atividades avaliativas da aprendizagem com o intuito de resgatar e valorizar a avaliação como

um meio de identificação e conscientização de problemas e dificuldades, visando sua resolução.

Essencialmente, as diretrizes do curso almejam proporcionar uma formação que destaque competências profissionais, sociais e políticas, fundamentadas em aspectos técnico-científicos alinhados às demandas da gestão pública contemporânea, bem como em valores ético-humanísticos e político-sociais, que são cruciais para a formação cidadã e a preparação do gestor público. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), ressaltam-se como princípios fundamentais para os cursos de Bacharelado em Administração Pública: o ethos republicano e democrático que guia uma formação transcendendo a ética profissional, voltando-se para a responsabilidade pela res pública e a defesa do caráter público e democrático do Estado; a flexibilidade permitida às Instituições de Educação Superior na formulação de projetos pedagógicos próprios, adaptando-os ao seu contexto e vocação regionais; e a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que asseguram a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social, promovendo a interseção com outros cursos.

No entanto, é imperativo adotar uma postura crítica ao avaliar a eficácia das diretrizes metodológicas propostas, questionando se efetivamente contribuem para uma formação holística e preparada para os desafios contemporâneos da gestão pública. Além disso, a flexibilidade na formulação de projetos pedagógicos próprios deve ser continuamente avaliada para garantir que atenda às necessidades regionais sem comprometer a qualidade e a coesão da formação oferecida. A análise crítica destas diretrizes e princípios é crucial para identificar áreas de melhoria e garantir que a formação em Administração Pública esteja alinhada às expectativas e demandas sociais e profissionais contemporâneas.

O processo de elaboração dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua essência e organização, se manifesta por meio de determinados elementos distintivos. Dentre estes, ressalta-se a transversalidade, na qual os conteúdos, quando correlacionados a outras disciplinas, são explorados de maneira integrada, permeados por questões atinentes aos aspectos éticos, de transparência, inovação e sustentabilidade. Tal abordagem favorece tanto aos autores dos textos didáticos quanto aos estudantes, uma compreensão holística sobre os temas abordados. Além disso, destaca-se a importância das Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino que engajam os discentes em práticas de pesquisa e extensão. O intuito deste engajamento é estimular atitudes investigativas, reflexivas, analíticas e de busca por soluções inovadoras, proporcionando simultaneamente experiências administrativas concretas nos setores produtivos e de serviços.

A transversalidade proposta demanda uma análise rigorosa para assegurar que os

conteúdos integrados entre diferentes disciplinas sejam efetivamente conduzidos de maneira que promova uma compreensão ampla e profunda, e não superficial. Ademais, as Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino necessitam ser continuamente avaliadas e aprimoradas para garantir que proporcionem aos discentes uma aprendizagem prática e aplicada, que esteja alinhada com as demandas e desafios da administração pública contemporânea. A análise crítica destes elementos estruturais é vital para identificar áreas de melhoria, garantindo que o curso de Administração Pública esteja adequadamente estruturado para preparar os estudantes para as exigências profissionais e éticas da gestão pública na atualidade.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2020), a matriz curricular é elaborada de maneira a abranger disciplinas cujos conteúdos, subdivididos em *Formação básica*, *Profissional* e *Complementar*, elucidam as interações das dimensões público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa visão histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no seio das organizações e do ambiente, empregando tecnologias inovadoras. A estrutura se compromete com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, bem como com a mitigação das desigualdades e o reconhecimento dos desafios emergentes da diversidade regional e cultural.

No âmbito da *Formação básica*, os conteúdos abordam temas atinentes à característica multidisciplinar da área pública, articulando saberes de Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito e Sociologia; estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, assim como os associados às Tecnologias da Comunicação e da Informação. Além disso, enfatiza-se a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação, além de explorar as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro (Brasil, 2020).

No que se refere à *Formação profissional*, os conteúdos englobam estudos sobre governos e políticas públicas comparadas, estudos metodológicos, que abarcam tanto análises quantitativas quanto qualitativas, e disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a integrar o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2020). A *Formação complementar* propõe estudos de caráter transversal e interdisciplinar visando o enriquecimento do perfil do formando, por intermédio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares (Brasil, 2020).

3.3 O Curso de Bacharelado em Administração Pública Ofertado pela EaD/UNIFAP

O curso de Bacharelado em Administração Pública destina-se à formação de

profissionais capacitados para atuar no gerenciamento, planejamento e execução de políticas e programas na esfera governamental. Ao contrário da administração empresarial, que foca na maximização do lucro e eficiência operacional, a Administração Pública centra-se na prestação de serviços à sociedade, garantindo a efetividade das ações governamentais e a correta aplicação dos recursos públicos. A complexidade do setor público exige uma abordagem multidisciplinar, abrangendo áreas como Direito, Economia, Sociologia e Ciência Política. O curso, portanto, proporciona uma base teórica sólida, aliada à prática administrativa, preparando o profissional para lidar com os desafios inerentes à gestão pública, como burocracia, transparência, *accountability* e participação cidadã.

Essa formação acadêmica é enriquecida por meio de estudos de caso, simulações e estágios, que possibilitam ao aluno vivenciar o cotidiano administrativo e compreender as especificidades do setor. A ênfase está na tomada de decisão ética, baseada em evidências e no compromisso com o bem-estar coletivo. A inovação e a capacidade de adaptação são competências fundamentais cultivadas durante o curso, dada a constante evolução dos cenários político, social e econômico. O gestor público moderno deve ser proativo, buscando soluções criativas para problemas complexos, ao mesmo tempo em que se mantém fiel aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade. Outra característica essencial da formação em Administração Pública é o desenvolvimento de habilidades de liderança e trabalho em equipe (Carvalho *et al.*, 2020). O administrador público frequentemente lidera equipes multidisciplinares e deve ser capaz de mediar conflitos, motivar colaboradores e promover um ambiente de trabalho produtivo e harmonioso.

A interação com outras esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais ou federais, bem como a parceria com o setor privado e organizações não governamentais, exige dos profissionais habilidades de negociação e articulação. Por isso, o curso também investe na formação de habilidades comunicativas, tanto escritas quanto orais. No contexto globalizado, a gestão pública não está limitada às fronteiras nacionais. Temáticas como cooperação internacional, políticas de integração regional e negociações multilaterais são abordadas, preparando o aluno para atuar em ambientes internacionais e multiculturais. O campo de atuação para o bacharel em Administração Pública é vasto, abrangendo desde a gestão direta, em ministérios e secretarias, até a indireta, em autarquias, fundações e empresas públicas. Além disso, há espaço para atuação em organismos internacionais, consultoria e no terceiro setor.

O curso de Bacharelado em Administração Pública oferecido pela EaD/UNIFAP é estrategicamente estruturado para formar profissionais aptos ao desempenho de funções gerenciais, diretivas, de assessoramento e consultoria em diversas organizações. Este curso

encontra sua fundação nas disposições da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 e do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que regulamentam o exercício da profissão de Administrador. O objetivo central é preparar administradores que não apenas dominem os conhecimentos técnicos, mas também sejam propugnadores e impulsionadores do desenvolvimento do Estado, com rigor ético e competência técnica.

Em um cenário em que as empresas estão em constante transformação, torna-se primordial que sejam ágeis e competitivas. Esta realidade ressalta a necessidade de uma gestão que se caracterize por ser eficiente, eficaz e efetiva, tanto no setor público quanto no privado. Diante disso, o curso de Administração Pública da UNIFAP destaca-se por proporcionar uma formação que se alinha às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, à legislação pertinente e ao processo de avaliação interna da instituição.

O curso possui um diferencial ao integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, evitando a fragmentação das disciplinas. Isso gera uma abordagem pedagógica que favorece a interdisciplinaridade, onde os conteúdos são apresentados de forma integrada e sistêmica, transcendendo a compartimentalização tradicional dos saberes. Tal abordagem permite a construção de um conhecimento que é ao mesmo tempo profundo e amplo, preparando o aluno para enfrentar desafios complexos na gestão pública.

A carga horária total do curso é composta por 3.120 horas. Vale a pena ressaltar que a interdisciplinaridade e a transversalidade, apesar de serem propostas valorosas, demandam uma execução meticulosa para garantir que sejam efetivamente realizadas, proporcionando uma aprendizagem robusta e integrada. Além disso, o compromisso com valores públicos e o desenvolvimento nacional precisa ser contínuo e rigorosamente avaliado para assegurar que o curso esteja alinhado com as demandas e desafios contemporâneos da gestão pública.

Os elementos curriculares desta matriz estão organizados em oito módulos, categorizados de acordo com sua natureza. Inicialmente, os componentes obrigatórios compreendem os conteúdos vistos como fundamentais para a formação em Administração Pública, abarcando a carga horária dedicada ao Trabalho de Conclusão de Curso (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), somando 2.850 horas no total. Em seguida, os componentes optativos incluem disciplinas como Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Dentre essas disciplinas, o aluno deverá selecionar e obter aprovação em três delas, cada uma com 30 horas, acumulando 90 horas. Essas disciplinas serão disponibilizadas nos Módulos III, IV e VIII. Além disso, os componentes

eletivos são destinados a conteúdos que aludem a temas emergentes, proporcionando uma expansão cultural e/ou aprofundamento na atualização de conhecimentos específicos, bem como ajustando a formação do gestor público às exigências regionais, totalizando 60 horas. Por fim, as Atividades Complementares, que somam 120 horas, englobam outras atividades do curso conforme o regulamento estabelecido pela UNIFAP (Brasil, 2020).

A flexibilidade na escolha de disciplinas optativas e eletivas é um aspecto valoroso, porém, a relevância e atualidade dos temas oferecidos nessas categorias demandam uma análise rigorosa para garantir que contribuam efetivamente para a formação holística e aplicada dos estudantes. Ademais, as Atividades Complementares necessitam ser estruturadas e avaliadas de maneira a proporcionar experiências práticas e enriquecedoras, alinhadas com as expectativas profissionais e acadêmicas. A análise crítica destas estruturas é essencial para identificar áreas de melhoria, garantindo que a matriz curricular esteja adequadamente desenhada para preparar os estudantes para as exigências contemporâneas da gestão pública.

Dada a peculiaridade da EaD, onde a relatividade do espaço e do tempo é uma característica marcante, torna-se imperativo o emprego de ferramentas que facilitem a comunicação e a troca de informação de maneira sincrônica e diacrônica. No contexto de comunicação sincrônica, ferramentas como comunicadores instantâneos (exemplificados por plataformas como MSN, Messenger, Skype), telefone, chat e dispositivos para webconferência são utilizados. Por outro lado, para facilitar a comunicação diacrônica, recorre-se a fóruns, tarefas de envio de arquivos, questionários, criação de glossários, wikis (enciclopédias virtuais com links) e e-mail. Em cada turma, os estudantes terão acesso a estruturas de comunicação sincrônica e diacrônica, recebendo orientações do tutor sobre como e quando utilizar cada uma delas.

No âmbito avaliativo, o estudante, como participante ativo, é informado pelo tutor e pelo professor formador sobre os aspectos que estão sendo avaliados, os critérios adotados, e se a atividade proposta é objeto de avaliação formal, além das expectativas em relação ao desempenho na atividade em questão. Essa abordagem avaliativa adotada no processo de ensino-aprendizagem no curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, o entendimento da ação de avaliar como um processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

A adequação e a eficiência das ferramentas de comunicação sincrônica e diacrônica buscam facilitar efetivamente a interação e a troca de informações entre os estudantes, tutores e professores. Além disso, o processo avaliativo busca ser transparente, justo e construtivo,

contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes. A análise crítica dessas estratégias é vital para identificar áreas de melhoria, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem esteja alinhado com as expectativas e demandas educacionais contemporâneas na área de Administração Pública.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos revelam o caminho a ser percorrido pela pesquisadora ao analisar uma determinada realidade, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), o método inclui os tipos de pesquisa a serem utilizados para alcançar o objetivo do estudo, técnicas de coleta e análise de dados, procedimentos éticos para pesquisas que envolvem seres humanos, especificando suas etapas e os procedimentos adotados.

Severino (2013) afirma, ainda, que quando se observa a prática científica concreta, o que parece ser evidente a ser feito é aplicação de atividades de caráter operacional técnico. Entretanto, mesmo partindo de arsenal sofisticado de técnicas, não é usado aleatoriamente, ao contrário, ele segue um plano de utilização. Dessa forma, cumpre uma espécie de roteiro que se dá em função de método. Portanto, a pesquisa deve seguir pelo caminho da aplicação dos recursos técnicos e conduzida por um método bem delineado.

Sendo assim, esta seção apresenta a classificação, o tipo e o *locus* da pesquisa, além do universo, amostra e instrumentos que foram utilizados para a identificação.

4.1 Classificação da Pesquisa

Para a classificação da pesquisa, destaca-se os pressupostos de Marconi e Lakatos (2017), que deixa evidente que existem critérios para classificar as pesquisas, variando de acordo com o enfoque dado pela autora, pois a divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologias, situações, objetivos, objetos de estudos, etc. Logo, a classificação abrange o enquadramento da pesquisa quanto a sua natureza; quanto a forma de abordagem; quanto aos seus objetivos e procedimentos técnicos.

Quanto a sua natureza, a presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que tem como objetivo fornecer *insights* significativos e compreensivos sobre o fenômeno em questão, contribuindo para o avanço do conhecimento em sua área de estudo, especificamente sobre a EaD e a gestão da aprendizagem, a partir de uma análise pautada no curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância na visão dos docentes e discentes da UNIFAP. Para Gil (2017), a pesquisa aplicada corresponde a aplicação prática das teorias desenvolvidas na pesquisa básica, envolvendo o uso de todas as informações disponíveis para buscar a solução de um problema específico.

Quanto à abordagem do problema, classifica-se como mista, combinando

elementos quantitativos e qualitativos para obter uma compreensão abrangente do fenômeno em estudo. A aplicação de métodos quantitativos se deu por meio da elaboração de um questionário estruturado, composto por perguntas específicas relacionadas ao objetivo da pesquisa, permitindo aos participantes atribuir notas de 1 a 5, variando de “péssimo” a “ótimo” (escala Linkert).

Dessa forma, os participantes puderam expressar seus níveis de concordância ou discordância manifestando opinião de “péssimo” a “ótimo” em relação às afirmações apresentadas. Essa escala proporcionou uma medida quantitativa das atitudes e percepções dos participantes, permitindo uma análise estatística robusta dos resultados. Segundo Gil (2017), questionários são ferramentas para coletar dados quantitativos, permitindo a análise estatística e a identificação de padrões e tendências.

Além disso, para complementar a abordagem quantitativa, realizou-se uma análise qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa estratégia permitiu uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências e perspectivas dos participantes por buscar resultados a partir da compreensão da realidade do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP, fazendo uso de análise e captação do contexto na sua totalidade, além de interpretação das experiências, interações e das mais diversas fontes de informações que ocorrem no fenômeno estudado.

Para Ventura (2007, p. 384) a pesquisa qualitativa prioriza a “retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo”. O tratamento qualitativo dos resultados pode ser complementar, enriquecendo a análise e as discussões finais, visando fornecer um quadro mais amplo da questão em estudo (Minayo, 2013). Assim, ao adotar uma abordagem mista, a pesquisa buscou capturar a complexidade do fenômeno estudado, combinando as vantagens dos métodos quantitativos e qualitativos para oferecer uma visão holística e aprofundada.

Quanto aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois descreve a percepção dos docentes e discentes sobre os elementos de gestão considerados no curso de Bacharelado em Administração Pública à distância, da UNIFAP. Gil (2017) narra que esse tipo de pesquisa visa levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população. Triviños (2010, p. 110), contribui dizendo que “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, caracteriza-se como pesquisa documental e estudo de caso. Caracteriza-se como pesquisa documental, por utilizar

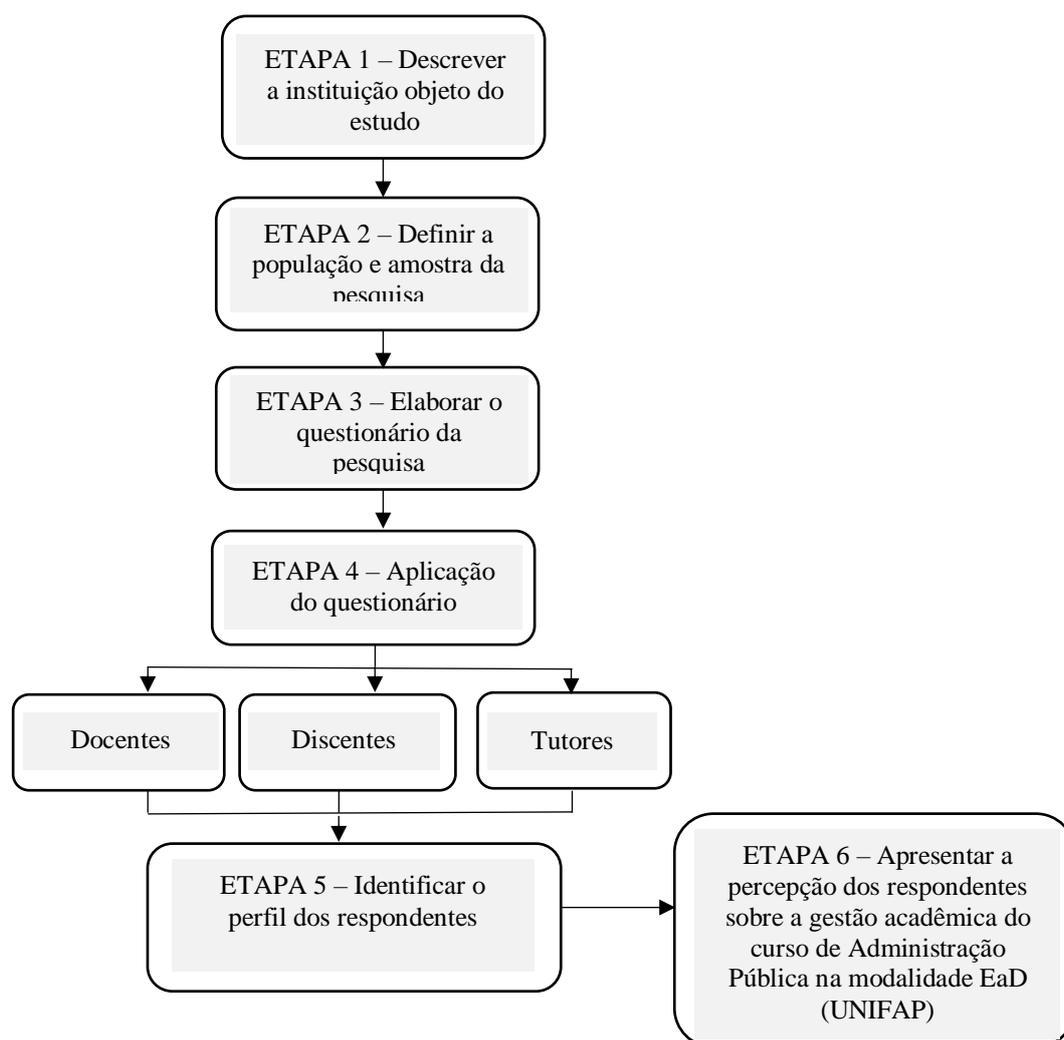
documentos e arquivos públicos, registros oficiais, legais, pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, sem tratamento anterior, mas que a partir da interpretação, organização e análise pesquisa ganham relevância como fonte de consulta. Segundo Gil (2017), a pesquisa documental utiliza informações que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas conforme os objetivos da pesquisa.

Classifica-se como estudo de caso, por ser um estudo detalhado de uma instituição bem definida, mais especificamente, o curso de Bacharelado em Administração Pública ofertado pela UNIFAP. Utiliza-se de variadas fontes de evidência como entrevistas, observações, documentos, registros e outras fontes relevantes, sem manipular comportamentos, e que buscam além de descrever o cenário em estudo e seus fatos, também de “se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso” (Ventura, 2007, p. 383). Para Yin (2012), o estudo de caso é a estratégia escolhida quando se deseja pesquisar acontecimentos contemporâneos, entretanto, dentro do seu contexto de vida real, considerando a influência de fatores sociais, culturais, históricos e ambientais.

4.2 Método Proposto para Identificação da Visão dos Docentes e Discentes do Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD da UNIFAP

Para identificar a visão dos docentes e discentes do Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD ofertado pela UNIFAP, foi elaborado um desenho do método proposto, o qual estabelece as etapas para alcance dos objetivos do estudo (Figura 4).

Figura 4 - Desenho da pesquisa.



Fonte: elaborada pela Autora.

As etapas de pesquisa tiveram a finalidade de atingir os objetivos propostos, sendo descritas a seguir.

4.2.1 Etapa 1 - Descrever a instituição objeto do estudo

A primeira etapa trata da descrição detalhada da instituição de estudo, abrangendo suas características relacionadas ao contexto de origem, estrutura e organização, que é fundamental para direcionar a pesquisa. A descrição da instituição também é direcionada a fundamentar a seleção da UNIFAP como lócus da pesquisa.

Essa etapa é elaborada com base em fontes confiáveis, tais como documentos oficiais, outras pesquisas científicas, livros e relatórios institucionais. Isso garantirá uma

compreensão precisa do ambiente em que a pesquisa será conduzida.

Os resultados esperados deste estudo abrangem uma descrição precisa da instituição, abordando seu contexto de origem, estrutura e organização, fornecendo uma visão abrangente da UNIFAP. Além disso, espera-se uma definição clara da unidade de análise, que é o curso de Bacharelado em Administração Pública à Distância, elucidando seus principais aspectos. O estudo também busca oferecer um embasamento sólido para compreender a relação entre docentes e discentes no contexto de ensino à distância da instituição, explorando os desafios e oportunidades desse modelo educacional.

Por fim, os resultados esperados incluem o estabelecimento das bases do estudo, fornecendo uma contextualização sólida que servirá de fundamento para as próximas fases da pesquisa, garantindo sua relevância e contribuição para a área de estudos em questão.

4.2.2 Etapa 2 - Definir a População e Amostra da Pesquisa

Esta fase define os critérios de inclusão que os participantes devem atender para serem considerados elegíveis para a pesquisa. A seleção criteriosa desses critérios é conduzida e embasados nos objetivos da pesquisa.

A seleção é realizada a partir do alinhamento com os objetivos da pesquisa e da realidade do curso em estudo. A meticulosa execução desta etapa é de extrema relevância, visto que permite a seleção dos participantes, alinhando-os aos objetivos da pesquisa e garantindo a viabilidade da obtenção de respostas suficientes para uma análise consistente. Isso assegura que os resultados obtidos serão embasados em um conjunto robusto de dados, conferindo maior solidez às conclusões do estudo.

Espera-se, ao fim da etapa a definição de critérios claros e bem fundamentados para a seleção da amostra, garantindo que esta seja representativa e relevante, o que por sua vez permitirá a coleta de dados alinhados com os objetivos do estudo.

Além disso, espera-se que a amostra escolhida reflita, por meio da seleção dos respondentes, uma análise fiel e representativa dos elementos em estudo. Adicionalmente, é fundamental estabelecer uma base sólida para a análise, considerando a viabilidade de obter respostas em quantidade suficiente para uma análise consistente, o que contribuirá significativamente para os resultados do estudo.

4.2.3 Etapa 3 - Elaborar o Questionário da Pesquisa

Esta fase é responsável pela elaboração do questionário, instrumento a ser utilizado na coleta de dados na pesquisa.

A escolha desse questionário deverá se basear na sua adequação aos tópicos de interesse desta pesquisa, bem como na validade, confiabilidade e capacidade de fornecer *insights* pertinentes sobre os participantes e suas perspectivas.

Em sua estrutura, o questionário deve abranger temas como desenho pedagógico, material didático, sistema tutorial e secretaria acadêmica, com o intuito de compreender diferentes aspectos do ambiente EaD. Essa etapa é crucial para obter informações precisas e completas que permitam uma análise abrangente do ambiente EaD e suas complexidades.

Após a conclusão dessa etapa, os resultados esperados incluem a implementação bem-sucedida de um instrumento de pesquisa que seja validado e confiável, que possibilite a coleta de informações detalhadas sobre a perspectiva dos docentes e discentes em relação aos componentes da gestão da aprendizagem do curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de ensino à distância.

4.2.4 Etapa 4 - Aplicação do Questionário

Esta etapa compreende a aplicação do questionário, ou seja, o instrumento de coleta de dados da pesquisa, que será realizada junto aos docentes e discentes eleitos na “Etapa 2”, de forma virtual ou presencial a depender da viabilidade vislumbrada pela pesquisadora a partir da realidade do curso e acesso aos respondentes.

O intuito principal a ser alcançado nesta etapa é a coleta de informações minuciosas acerca das perspectivas dos docentes e discentes referentes ao curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de ensino à distância. Espera-se, ao fim desta etapa, que a aplicação do questionário, envolvendo tanto discentes quanto docentes, promova uma ampla participação de respondentes, resultando em uma amostra representativa. Além disso, que se extraia dos respondentes, respostas autênticas e sinceras, uma vez que isso proporcionará uma compreensão profunda das perspectivas relacionadas aos elementos da gestão da aprendizagem do curso.

4.2.5 Etapa 5 - Identificar o Perfil dos Respondentes

Esta etapa é responsável pela caracterização dos respondentes da pesquisa, ou seja, dos professores, tutores e discentes do Curso de Bacharelado em Administração Pública,

modalidade EaD da UNIFAP.

O intuito principal desta etapa é fornecer aos leitores informações sobre o tipo de participantes do estudo, para especificar a quem os achados do estudo se aplicam e esclarecer a generalização dos resultados, bem como quaisquer possíveis limitações.

4.2.6 Etapa 6 - Apresentar a Percepção dos Respondentes Sobre a Gestão Acadêmica do Curso de Administração Pública na Modalidade EaD (UNIFAP)

Nesta etapa metodológica, é apresentada a visão dos docentes, tutores e discentes do Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD, oferecido pela UNIFAP, tomando como base suas percepções, experiências e opiniões, extraídas a partir das respostas obtidas por meio do instrumento da pesquisa. Essa análise abrangente busca destacar as perspectivas de cada segmento de participantes da pesquisa na busca de destacar possíveis aprimoramentos na gestão acadêmica do referido curso. Os resultados coletados servirão para indicar pontos em comum e diferenças nas visões entre docentes e discentes.

A análise das percepções e opiniões dos docentes e discentes sobre o curso EaD resultará em uma compreensão abrangente e aprofundada da gestão dos elementos da aprendizagem na modalidade EaD na UNIFAP. Isso incluirá a identificação de pontos em comum e diferenças, bem como contribuições potenciais para aprimorar as abordagens educacionais na instituição. Esses resultados proporcionarão uma perspectiva abrangente das opiniões dos participantes, apoiando a tomada de decisões para melhorias no curso e na experiência de ensino à distância na UNIFAP.

A identificação das respostas será feita utilizando a frequência absoluta, que envolve contar o número de vezes que cada categoria foi observada nas respostas, permitindo que seja possível determinar quantas vezes cada categoria ou resposta foi selecionada pelos respondentes. Isso fornece uma visão geral da distribuição das respostas e permite identificar tendências, preferências ou padrões nos dados. Essa análise é fundamental para entender o comportamento ou as opiniões de um grupo de pessoas em relação a um determinado tópico e pode ser usada para tomar decisões informadas com base nos resultados obtidos.

O objetivo principal é transformar os dados brutos das respostas em informações significativas e relevantes. Ao processar e analisar as respostas, busca-se identificar padrões, tendências e relações entre as categorias, a fim de responder às questões de pesquisa e obter *insights* sobre a visão dos participantes em relação ao ambiente de ensino à distância.

Espera-se que o processamento das respostas coletadas seja realizado de forma

adequada, identificando a frequência absoluta de cada categoria presente nas respostas. Isso permitirá a geração de novos conhecimentos a partir da análise dos dados, destacando relações e padrões que aprofundem a compreensão dos fenômenos investigados. Além disso, espera-se que os resultados forneçam informações relevantes para responder às questões de pesquisa e transformem os dados coletados em insights que contribuam para a compreensão dos aspectos estudados no ambiente de ensino à distância.

4.3 Procedimentos Éticos da Pesquisa

Visando preservar aspectos éticos da pesquisa, foi encaminhado, junto ao questionário, um documento intitulado Termo de Consentimento, no qual cada respondente tomou ciência dos objetivos da pesquisa e também autorizou sua participação voluntária com realização da coleta de dados. Conforme sinaliza a resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, nas pesquisas humanas e sociais, há dispensa da exigibilidade de avaliação do comitê de ética nas investigações, cujos participantes não são identificados e que versem sobre textos científicos ou que se baseiam em práticas profissionais. Portanto, nosso estudo não foi submetido ao Comitê de Ética.

5 APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO

Na busca do alcance dos objetivos desta pesquisa, esta seção apresenta os resultados alcançados com a aplicação do método proposto, seguindo as etapas apresentadas no capítulo anterior.

5.1 Etapa 1 - Descrever a Instituição Lócus da Pesquisa

Durante a etapa de realização desta pesquisa acadêmica, a descrição detalhada da instituição lócus da pesquisa foi cuidadosamente construída ao longo do referencial teórico, focalizando principalmente o tópico “3.1 Estrutura Organizacional da Educação à Distância na UNIFAP”. Esse enfoque, centrado na compreensão da estrutura organizacional, revela-se fundamental para a análise da gestão da aprendizagem na instituição e para alcançar os objetivos delineados na pesquisa.

Nesse contexto, foram consultadas diversas legislações e documentos oficiais, sendo o Plano de Curso e Conteúdo (PCC) do Bacharelado em Administração Pública à Distância da Universidade Federal do Amapá a fonte primária dessa fase. A Fundação UNIFAP é uma entidade pública com natureza jurídica privada, sustentada pela União e regulamentada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e pelo Decreto nº 98.97, de 02 de março de 1990, sob a supervisão do Ministério da Educação, com sede em Macapá, capital do Estado do Amapá. Conforme seu Estatuto, a UNIFAP baseia sua estrutura nos princípios da unidade de patrimônio e gestão, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e do pluralismo de ideias, além de adotar uma racionalidade organizacional com o uso eficiente de recursos humanos e materiais.

A estrutura da Universidade, de acordo com as normativas legais, destaca a importância das atividades acadêmicas principais sobre as atividades de suporte, enfatizando a valorização contínua dos recursos humanos. O Estatuto da Fundação UNIFAP estabelece princípios essenciais que orientam sua organização, incluindo a unidade de patrimônio e administração, a gestão democrática apoiada por órgãos colegiados deliberativos que envolvem diversos segmentos da comunidade institucional, e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, evitando duplicidade de esforços para metas similares.

Essas informações fornecem uma base sólida para compreender as dinâmicas entre professores e alunos no contexto do ensino à distância na instituição. Ao explorar os desafios e oportunidades desse modelo educacional, este estudo é enriquecido por uma contextualização

sólida e fundamentada, assegurando sua relevância e contribuição significativa para o campo de estudos em questão.

5.2 Etapa 2 - Definir a População e Amostra da Pesquisa

Na etapa de condução desta pesquisa acadêmica, a seleção da população e da amostra foi cuidadosamente delineada com base nos objetivos do estudo e na dinâmica da instituição e do curso em análise. O propósito era realizar uma pesquisa de opinião que capturasse diversas perspectivas sobre a gestão da aprendizagem no curso, garantindo, assim, uma representatividade e relevância substanciais.

Para atingir esses objetivos, a população selecionada é composta pelos alunos matriculados e docentes e tutores dos polos de Macapá (Equador), Pólo Santana; Pólo Vitória do Jari e Pólo Oiapoque. Os professores e tutores do Curso são convocados por meio de editais, o que implicava na ausência de um corpo docente fixo. Diante dessa peculiaridade, a pesquisa abrangeu todos os alunos e docentes que estavam envolvidos no curso no momento da pesquisa.

Os critérios de inclusão para a participação da pesquisa, ou melhor, a definição dos sujeitos participantes da pesquisa buscou garantir uma análise autêntica e representativa dos elementos em estudo, atendendo aos seguintes critérios:

- i. Se aluno, deveria estar cursando o quinto semestre;
- ii. Se professor ou tutor, deveria estar atuando no curso em questão e estar disponível para participar da referida pesquisa.

Esse cuidado meticuloso contribuiu significativamente para a solidez e confiabilidade dos resultados deste estudo, enriquecendo assim as conclusões alcançadas.

5.3 Etapa 3 - Elaborar o questionário da pesquisa

Na etapa de desenvolvimento do questionário, durante a revisão de literatura, encontramos uma dissertação relevante cujo tema é: “Gestão Da Aprendizagem No Ensino à Distância Em Instituição De Ensino Superior Sob A Ótica Dos Fatores Críticos De Sucesso”, cuja autora é Raimunda Heveline Ribeiro Quirino (Quirino, 2017), que foi fundamental, visto que está alinhado com o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Esse questionário (anexo A) foi estruturado em quatro áreas específicas de acordo com o modelo de Sartori e Roseler (2005): Desenho Pedagógico, Material Didático e Estrutura Física, Sistema Tutorial e Secretaria Acadêmica. Cada uma dessas áreas foi subdividida em

itens específicos, permitindo aos participantes atribuir notas de 1 a 5, variando de “péssimo” a “ótimo”. O objetivo principal era analisar a percepção dos docentes, tutores e alunos em relação à Gestão da Aprendizagem no Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD, em uma instituição federal de ensino superior no estado do Amapá.

O questionário (anexo A) meticulosamente estruturado e já validado pela autora, mostrou-se aplicável e eficaz para coletar informações cruciais que serviram como base para uma análise completa do ambiente de EaD e suas complexidades. Além disso, apresentou diversas vantagens, incluindo a possibilidade de aplicação online, o que facilitou a participação, sua natureza não cansativa, que manteve o engajamento dos respondentes, e a capacidade de abranger toda a população de interesse.

Portanto, esta pesquisa fez uso do questionário desenvolvido por Quirino (2017), o qual proporcionou o levantamento de informações valiosas em relação aos componentes fundamentais da gestão da aprendizagem do curso nas diversas perspectivas (docentes, coordenador e discentes), conforme mostra o Anexo A.

5.4 Etapa 4 - Aplicação do Questionário

Para a aplicação do questionário, foi adotada uma abordagem virtual para incluir todos os docentes (professores e tutores) e discentes selecionados na “Etapa 2”. O questionário foi disponibilizado através do “*Google Forms*”. Os participantes receberam o *link* de acesso nos grupos de *WhatsApp* dedicados ao curso, e também receberam o link individualmente em seus e-mails. No total, foram enviados 41 convites para participação. O período de resposta ficou aberto de 05/09/2023 a 25/09/2023, totalizando 20 dias. Durante esse tempo, foram enviados vários lembretes sobre a data limite, tanto por e-mail quanto nos grupos de *WhatsApp*. Esses dados foram meticulosamente organizados, levando em consideração as etapas e categorias de análise definidas na pesquisa.

Essa etapa de coleta de dados foi fundamental para obter informações detalhadas sobre as perspectivas dos docentes e discentes em relação ao curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de ensino à distância. A abordagem virtual permitiu uma participação ampla e representativa, resultando em uma amostra significativa. Além disso, essa metodologia garantiu respostas autênticas e genuínas dos participantes, proporcionando uma compreensão aprofundada das perspectivas relacionadas aos diversos aspectos da gestão da aprendizagem do curso.

5.5 Etapa 5 - Identificar o Perfil dos Respondentes

Foram obtidas respostas de 19 participantes da pesquisa, sendo 12 discentes (63,2%), 4 docentes (21,1%) e 3 tutores (15,8%). Ao se analisar o perfil dos respondentes no que diz respeito ao gênero (masculino/feminino), observa-se que 8 (oito) dos participantes foram do sexo masculino (47,5%), enquanto 8 (oito) dos participantes foram do sexo feminino (47,5%) e 1 (um) participante (5%) não respondeu esta alternativa, conforme apresentado na Tabela 1. Percebe-se, portanto, que a frequência entre os gêneros masculino e feminino foram iguais, não sendo identificado apenas o gênero de 1 (um) respondente.

Tabela 1 - Gênero.

GENÊRO	FREQUÊNCIA	%
Masculino	9	47,5
Feminino	9	47,5
Não respondeu	1	5,00
Total	19	100%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

É pertinente ressaltar que os participantes da pesquisa estavam vinculados ao curso de Bacharelado em Administração Pública, nos polos de Macapá, Santana, Oiapoque, Marco Zero e Vitória do Jari, todos esses polos com mais de 05 anos de existência.

5.6 Etapa 6 - Apresentar a percepção dos respondentes sobre a gestão acadêmica do curso de Administração Pública na modalidade EaD (UNIFAP)

A apresentação da percepção dos respondentes sobre a gestão acadêmica do curso de Administração Pública na modalidade EaD (UNIFAP) foi organizada da seguinte forma. Primeiramente, foi realizada a análise em relação a frequência das respostas dos respondentes com o objetivo de discernir padrões, tendências e relações entre as categorias, visando responder às perguntas de pesquisa e adquirir *insights* valiosos sobre a percepção dos participantes em relação ao ambiente de ensino à distância.

Em seguida, foi realizada a análise em relação as semelhanças e diferenças nas respostas dos respondentes na tentativa de se fazer uma análise comparativa entre as percepções de discentes e docentes e também entre discentes e tutores.

Por fim, foi realizada a análise em relação aos aspectos considerados como

satisfatórios e insatisfatórios, com o intuito de destacar aspectos da gestão acadêmica considerados bem-sucedida e também as que necessitam de melhorias.

5.6.1 Frequência das Respostas dos Respondentes

Com a finalidade de mostrar a organização da frequência absoluta das respostas dos participantes (docentes, tutores e alunos), foi organizada a frequência das respostas nas dimensões do modelo de Sartori e Roseler (2005), sendo estruturado por áreas e suas sentenças, que determinaram a estrutura da gestão da aprendizagem no curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD.

A Tabela 2 apresenta a frequência absoluta que cada sentença auferiu nas respostas nos itens indicados de 1- péssimo; 2- ruim; 3- regular; 4- bom; 5-ótimo em cada área temática (Desenho Pedagógico; Material Didático/Estrutura Física; Sistema Tutorial e Secretaria Acadêmica), conforme o modelo de Sartori e Roseler (2005), com finalidade de ter uma melhor visualização das respostas dos alunos pelo fato de ter uma maior influência devido a maior quantidade ao ser relacionado com os demais participantes (docentes e tutores).

Tabela 2 - Frequência geral de respostas.

	FREQUÊNCIA														
	1			2			3			4			5		
DESENHO PEDAGÓGICO	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A
Conhecimento dos objetivos educacionais do curso	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	3	3	1	8
Distribuição das disciplinas no Projeto Pedagógico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8	4	1	4
Didática do Professor/Tutor	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	3	2	2	7
Forma de interação entre aluno e conteúdo	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	2	4	1	1	7
Coerência entre teoria e prática do curso escolhido	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	7	2	1	5
Aceitação da Universidade pelo Mercado de Trabalho	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	2	3	1	1	6
Abertura da Instituição de ensino para uma participação democrática	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	1	7	1	2	4
Organização da rotina para uma autonomia de aprendizagem	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	6	1	1	6
Forma de avaliação da aprendizagem na EaD	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	2	5	1	1	6
Presencialidade virtual	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	3	4	0	0	7
Avaliações diversificadas e compatíveis com os conteúdos	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	2	5	0	1	5
	FREQUÊNCIA														
	1			2			3			4			5		
MATERIAL DIDÁTICO/ESTRUTURA FÍSICA	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A
As apostilas auxiliam na compreensão dos conteúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2	2	9
Interação com o ambiente virtual de aprendizagem e o conteúdo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	3	2	1	9
Adaptação de recursos diversos como vídeos, figuras, animações no material didático	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	3	1	2	0	9
Salas para os encontros estavam limpas, iluminadas e climatizadas	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	5	2	3	5
Equipamentos estavam em condições de uso durante a disciplina	0	0	0	0	0	0	2	0	4	1	1	4	1	2	4
Computadores estavam acessíveis ao polo para utilização	0	0	1	0	0	1	2	0	4	2	2	3	0	1	3

durante a disciplina																				
Polo fornecia e possibilitava acesso à internet	0	0	3	0	0	2	1	0	2	2	1	2	1	2	3					
Polo dispunha de biblioteca de apoio com material do curso	0	0	2	1	0	3	3	0	1	0	0	2	0	3	4					
Aula totalmente a distância	0	0	1	1	0	1	2	0	2	1	2	4	0	1	4					
Aula semi presencial	0	0	0	0	0	1	2	0	1	2	0	4	0	3	6					
	FREQUÊNCIA																			
	1			2			3			4			5							
SISTEMA TUTORIAL	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A		
Domínio de ferramentas da EaD	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	6	2	2	6					
Clareza do papel didático do tutor	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	1	7	2	2	2					
Horário das aulas cumpridos como previsto	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	2	8	2	1	2					
Evitar a mera transmissão de conhecimento	0	0	0	1	0	1	0	0	2	1	1	7	2	2	2					
Conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	8	2	3	3					
Facilidade com o uso das ferramentas virtuais	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	5	1	2	6					
Organização do sistema de tutoria	0	0	0	0	0	1	0	0	3	2	1	5	2	2	3					
Tempo de respostas nos fóruns de aprendizagem	0	0	1	0	0	1	2	0	1	0	0	7	2	3	2					
Boas relações interpessoais e boa comunicação	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	3	2	3	7					
	FREQUÊNCIA																			
	1			2			3			4			5							
SECRETARIA ACADÊMICA	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A	D	T	A		
Apoio logístico ao professor tutor	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	0	6	2	3	3					
Otimização e execução das atividades	0	0	0	0	0	1	0	0	3	2	2	3	2	1	5					
Atuou como um elo facilitador entre aluno / administração/professor tutor	0	0	0	0	0	1	0	0	3	1	1	6	3	2	2					
Comunicação dos informes acadêmicos	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	1	3	4	2	5					
Estrutura adequada para funcionamento	0	0	0	1	0	0	0	0	5	1	2	5	2	1	2					
Rapidez na entrega de documentos	0	0	0	0	0	1	0	0	5	2	1	5	2	2	1					
Conhecimento da instituição de ensino	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3	4	2	7					
Cumprimento de calendário acadêmico	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5	3	3	6					
Horário de funcionamento	0	0	0	0	0	1	1	0	2	1	2	4	2	1	5					

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Legenda: D – Docentes

T – Tutores

A – Alunos

Sobre a área *Desenho Pedagógico* foram registradas avaliações variando de ruim (2) a ótimo (5). Dentre todos os respondentes, apenas um tutor apontou a coerência entre teoria e prática do curso como “Ruim”. No conceito “Regular”, apenas um docente considerou a abertura da Instituição de ensino para uma participação democrática e foram registrados 2 (duas) avaliações “Regular” para a presencialidade virtual, sendo uma de um docente e a outra de um aluno. Em resumo, as opiniões variaram entre os três grupos sendo, em geral, mais positivos.

Sobre a área *Material Didático/Estrutura Física* revela-se perspectivas com avaliações de péssimo (1) a ótimo (5). Alunos deram notas diversas, destacando avaliação “péssimo” para aspectos como acessibilidade de computadores (1), acesso à internet (3), disponibilidade da biblioteca (2); aulas totalmente à distância (1). Os mesmos aspectos foram avaliados como “ruim” novamente pelos alunos: acessibilidade de computadores (1), acesso à internet (2), disponibilidade da biblioteca (3); aulas totalmente à distância (1) e ainda a aula semipresencial (1). Docentes avaliaram “ruim” a disponibilidade da biblioteca (1) e acesso à internet (1).

Tutores avaliaram como “regular” a “ótimo” os demais itens da respectiva área com exceção do referente a “apostilas auxiliam na compreensão dos conteúdos”, que recebeu somente avaliações positivas (bom e ótimo). Em resumo, tais divergências ressaltam a necessidade de abordar essas questões para aprimorar a experiência dos alunos, visto que os itens avaliados fazem referência direta a experiência didática do aluno com o curso à distância, mas, em geral, as avaliações foram predominantemente positivas.

Na avaliação conjunta da área *Sistema Tutorial*, foram registradas avaliações que variam de péssimo (1) a ótimo (5), prevalecendo avaliações positivas. Contudo, destacam-se preocupações em itens que merecem atenção: "Tempo de respostas nos fóruns de aprendizagem", que recebeu um voto de aluno como péssimo (1), sinalizando a necessidade de melhorias nessa área específica do sistema tutorial. Um docente conceituou “ruim” a mera transmissão do conhecimento. Observa-se também que alunos (um em cada item) conceituaram ruim outros aspectos da respectiva área, com exceção do domínio das ferramentas da EaD e relações interpessoais e boa comunicação que não receberam nenhuma avaliação negativa. Na avaliação “regular” somente o conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino não recebeu nenhum voto.

Percebe-se que os tutores avaliaram todos os itens de forma positiva em todos os aspectos. Entretanto, observa-se que os docentes e alunos têm algumas preocupações em relação a determinados aspectos do sistema tutorial, enquanto os tutores estão mais satisfeitos com o sistema no geral. Isso destaca a importância de abordar as áreas de preocupação identificadas para melhorar a experiência de todos os envolvidos.

Acerca da *Secretaria Acadêmica*, houve registros de avaliação considerado de ruim (2) a ótimo (5), com predominância na avaliação positiva dos itens. Notavelmente, apenas um docente classificou como ruim (1) o item “Estrutura adequada para funcionamento”, além disso houve um voto de aluno em outros itens. Outros aspectos, como “Apoio logístico ao professor tutor” e “Horário de funcionamento”, foram considerados regulares pelos docentes. Os tutores expressaram alta satisfação na maioria dos aspectos, com unanimidade em ótimo nos aspectos relacionados ao “Apoio logístico ao professor tutor” e ao “Cumprimento de calendário acadêmico”. Os alunos, por sua vez, tiveram uma visão mais diversificada, variando votos de ruim (2) a ótimo (5).

Em síntese, a análise abrangente revela divergências entre docentes, tutores e alunos em diferentes áreas. Enquanto tutores tendem a estar mais satisfeitos, docentes e alunos destacam preocupações específicas. Desta forma, o somatório das respostas nos itens de cada área temática, tornou-se um indicador que pode ser positivo ou negativo, cada grupo possui

suas próprias prioridades e áreas de foco, e abordar essas questões pode levar a melhorias significativas na experiência educacional como um todo, como ainda a importância destas respostas corresponderem aos objetivos específicos da pesquisa para indicar como está a Gestão da Aprendizagem do curso de Bacharelado em Administração Pública.

A Tabela 3 apresenta a pontuação total das ocorrências de cada área temática, ou seja, Desenho Pedagógico, Material Didático/Estrutura Física, Sistema Tutorial e Secretaria Acadêmica. Os resultados da avaliação revelam a quantidade máxima de votos em cada área para os respectivos grupos.

Tabela 3 - Frequência do total de respostas das áreas temáticas, por categoria de respondente

ÁREA	Docentes					Pont. Máx
	1 Péssimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo	
DESENHO PEDAGÓGICO		1 (2,27%)	15 (34,09%)	12 (27,27%)	16 (36,36%)	44 (100%)
MATERIAL DIDÁTICO/ESTRUTURA FÍSICA		2 (5%)	15 (37,5%)	13 (32,5%)	10 (25%)	40 (100%)
SISTEMA TUTORIAL		1 (2,77%)	4 (11,11%)	14 (38,88%)	17 (47,22%)	36 (100%)
SECRETARIA ACADÊMICA		1 (2,77%)	2 (5,55%)	9 (25%)	24 (66,6%)	36 (100%)
Subtotal	-	5 (3,20%)	36 (23,07%)	46 (29,48%)	67 (42,94%)	156 (100%)
ÁREA	Tutores					Pont. Máx
	1 Péssimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo	
DESENHO PEDAGÓGICO	1 (3,03%)			20 (60,60%)	12 (36,36%)	33 (100%)
MATERIAL DIDÁTICO/ESTRUTURA FÍSICA				12 (40%)	18 (60%)	30 (100%)
SISTEMA TUTORIAL				7 (25,92%)	20 (74,07%)	27 (100%)
SECRETARIA ACADÊMICA				10 (37,03%)	17 (62,96%)	27 (100%)
Subtotal	1 (0,85%)	-	-	49 (41,8%)	67 (57,26%)	117 (100%)
ÁREA	Alunos					Pont. Máx
	1 Péssimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo	
DESENHO PEDAGÓGICO		2 (1,51%)	10 (7,57%)	55 (41,66%)	65 (49,24%)	132 (100%)
MATERIAL DIDÁTICO/ESTRUTURA FÍSICA	7 (5,83%)	8 (6,66%)	18 (15%)	31 (25,83%)	56 (46,66%)	120 (100%)
SISTEMA TUTORIAL	1 (0,92%)	7 (6,48%)	11 (10,18%)	56 (51,85%)	33 (30,55%)	108 (100%)
SECRETARIA ACADÊMICA		6 (5,55%)	26 (24,07%)	40 (37,03%)	36 (33,33%)	108 (100%)
Subtotal	9 (1,92%)	23 (4,91%)	65 (13,88%)	181 (38,67%)	190 (40,59%)	468 (100%)

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A partir dos dados coletados, ficou comprovado que existe um olhar de positividade em todas as áreas ora mencionadas, com predominância 4 (bom) e 5 (ótimo), considerando o que segue:

A frequência das respostas na Tabela 3 indicou que a área *Desenho Pedagógico* do curso de Administração Pública da UNIFAP foi classificada como ótima para 36,36% dos docentes, 49,24% dos alunos e boa para 60,60% dos tutores. De uma maneira geral, a área foi avaliada positivamente, com pouquíssimas exceções negativas. Apesar de ter menos avaliações, as classificações “ruim” e “péssimo” configura-se como um fator negativo que precisa ser revisto pela gestão pedagógica da UNIFAP, pois, de acordo com Costa (2019), todas as atividades e etapas dos cursos à distância precisam ser cumpridas de forma eficiente para não comprometer o processo de ensino e aprendizagem, especificamente dos alunos do curso de Bacharelado em Administração Pública da citada universidade.

A frequência das respostas na Tabela 3, também indicou que a área *Material Didático/Estrutura* foi classificada pelos docentes como regular (37,5%), ótimo pelos tutores (60%) e alunos (46,66%). Essa foi a única área classificada predominantemente como “regular” por respondentes. Além disso, atenta-se para a quantidade de avaliações para “péssimo” (5,83%) e “ruim” (6,66%) por parte dos alunos, visto que foi área em que mais se obteve negativas entre todas as áreas e respondentes. O apoio estrutural no polo físico é fundamental para oferecer uma experiência de ensino à distância eficaz e completa. Ele fornece os recursos, suporte e ambiente necessário para o sucesso dos alunos, garantindo que a qualidade da educação seja mantida, mesmo em um contexto de aprendizado online.

A frequência das respostas indicou que a maioria dos docente, tutores e alunos consideraram a área Sistema Tutorial como ótima, atingindo respectivamente 47,22%, 74,07% e 51,85%. No entanto, ao juntarmos as avaliações consideradas como “regular” e “ruim”, constatou-se registro de 13,88% dos docentes e 16,66% dos alunos. Vale a pena ressaltar que, além disso, um aluno considerou “péssimo” o sistema tutorial do curso. Isso sugere que, embora a maioria dos alunos e docentes estejam satisfeitos com o Sistema Tutorial, ainda há um número significativo deles que o considera insatisfatório.

Observa-se também que há uma divergência notável nas percepções, uma vez que não houve registro de avaliações negativas para o referido item por parte de tutores, pois os mesmos consideraram como bom (25,92%) ou ótimo (74,07%). Isso pode levantar questões sobre a objetividade das avaliações ou uma possível falta de crítica construtiva por parte dos tutores. Se todos os tutores classificam o Sistema Tutorial como "Bom" ou "Ótimo", isso pode não refletir uma imagem completa e precisa da realidade.

O sistema tutorial, segundo Lara e Rocha (2021), é fundamental no ensino superior à distância, pois é entendido como uma ação orientadora global, abrangendo várias ações educativas que cooperam para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos.

Assim, pode-se dizer que o sistema tutorial direciona os alunos diante da tomada de decisões diante dos seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno.

O sistema tutorial na EaD, ainda de acordo com Lara e Rocha (2021), o tutor professor é considerado como um profissional responsável pelo sucesso do curso superior à distância, sendo visto como peça chave para o sucesso ou fracasso de um curso de EaD. Com isso, o sistema tutorial tornou-se um indicador positivo, influenciando na Gestão da Aprendizagem do curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP.

Ao se analisar a área temática intitulada *Secretaria Acadêmica* na Tabela 4, percebe-se que foi classificada como ótimo por docentes (66,6%) e tutores (62,96%), e bom pelos alunos (37,03%). No entanto, constata-se que 29,62% dos alunos consideraram como “ruim ou regular”. Tal resultado indica a necessidade de avaliar e abordar as áreas em que os alunos estão insatisfeitos a fim de investigar as causas e implementar melhorias.

A secretaria acadêmica constitui-se como uma unidade de centralização e descentralização de serviços e informações sobre o curso em toda a sua integralidade. Assim, a secretaria acadêmica passa a ser considerada como uma ferramenta de gestão.

5.6.2 Análise dos Aspectos Ressaltados como Insatisfatórios e Satisfatórios

A Tabela 4 refere-se à classificação geral dos aspectos insatisfatórios manifestados pelos respondentes (docentes, tutores professores e alunos), dispostos de forma decrescente, do mais insatisfatório ao menos insatisfatório.

A Tabela 4 apresenta os aspectos considerados insatisfatórios pelos respondentes da pesquisa, abrangendo os itens indicados de 1- péssimo; 2- ruim; 3- regular em cada área temática (desenho pedagógico; material didático/estrutura física; sistema tutorial e secretaria acadêmica).

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que *Desenho Pedagógico* foi a área que apresentou uma quantidade menor de registro de insatisfação por parte dos respondentes da pesquisa. Especificamente nessa área, a presencialidade virtual foi o item de maior insatisfação apontado pelos respondentes (5) e coerência da teoria e da prática do curso escolhido foi a de menor insatisfação (1).

Tabela 4 - Aspectos ressaltados como insatisfatórios (Respostas de 1-3).

Desenho Pedagógico	Quant. Docentes	Quant. Tutores	Quant. Alunos	Total
A presencialidade virtual	4	-	1	5
Avaliações diversificadas e compatíveis com os conteúdos	2	-	2	4
Aceitação da universidade pelo mercado de trabalho	1	-	3	4
A forma de avaliação da aprendizagem na EaD	3	-	1	4
Abertura da instituição de ensino para uma participação democrática	2	-	1	3
A forma de interação entre aluno e o conteúdo	2	-	1	3
A didática do professor/tutor	1	-	2	3
A organização da rotina para uma autonomia de aprendizagem	1	-	-	1
Coerência da teoria e da prática do curso escolhido	-	1	-	1
Material didático e estrutura física	Quant.	Quant.	Quant.	
O polo dispunha de biblioteca de apoio com material do curso	4	-	6	10
Polo fornecia e possibilitava acesso à internet	1	-	7	8
Computadores estavam acessíveis ao polo para utilização durante a disciplina	2	-	6	8
A aula totalmente à distância	3	-	4	7
Equipamentos estavam em condições de uso durante a disciplina	2	-	4	6
Aula semi presencial	2	-	2	4
Salas para os encontros estavam limpas, iluminadas e climatizadas	1	-	2	3
Adaptação de recursos diversos como vídeos, figuras, animações etc. No material didático	1	-	2	3
A interação com o ambiente virtual de aprendizagem e o conteúdo	1	-	-	1
Sistema Tutorial	Quant.	Quant.	Quant.	
Tempo de resposta nos fóruns de aprendizagem	2	-	3	5
Organização do sistema de tutoria	1	-	4	5
Evitar a mera transmissão de conhecimento pelo tutor	1	-	3	4
Clareza do papel didático de tutor	-	-	3	3
As relações interpessoais e comunicação do tutor com os alunos	1	-	2	3
Horários das aulas cumpridos como previsto	-	-	2	2
Conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino	-	-	1	1
Domínio das ferramentas da EaD	1	-	-	1
Facilidade com o uso das ferramentas virtuais	-	-	1	1
Secretaria Acadêmica	Quant.	Quant.	Quant.	
Rapidez na entrega de documentos	-	-	6	6
Estrutura adequada para funcionamento	1	-	5	6
Apoio logístico ao professor tutor	1	-	3	4
Otimização e execução das atividades	-	-	4	4
Comunicação dos informes acadêmicos	-	-	4	4
Atuou como elo facilitador entre aluno/ administração/professor tutor	-	-	4	4
Horário de funcionamento	-	-	3	3
Conhecimento da instituição de ensino	-	-	2	2
Cumprimento do calendário acadêmico	-	-	1	1

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ao se analisar, sob o olhar dos alunos, observa-se que a aceitação da universidade pelo mercado de trabalho foi apontada como maior insatisfação (3). Os tutores não se mostraram insatisfeitos com nenhum aspecto.

Em contrapartida, a área temática de Material Didático e Estrutura Física registrou

uma maior quantidade de aspectos ressaltados como insatisfatórios, evidenciando-se, principalmente, o item “o polo dispunha de biblioteca de apoio com material do curso”, que foi o ítem registrado como mais insatisfação (10) entre os demais em toda a tabela. Os alunos resgistraram insatisfação (6) e os docentes (4). Importante ressaltar que os alunos resgistraram maior insatisfação em relação ao acesso à internet (7).

O *sistema tutorial*, os docentes (2) e alunos (3) mostraram maior infatisfação no tempo de resposta nos fóruns de aprendizagem. É importante destacar que os alunos manifestaram maior insatisfação na organização do sistema de tutoria (4). Essas questões relacionadas ao sistema tutorial são essenciais, pois podem afetar diretamente a qualidade da experiência de aprendizagem, visto tudo o que já foi abordado neste trabalho acerca da importância do sistema tutorial no contexto da gestão da aprendizagem.

Por fim, em relação à secretaria acadêmica, os docentes avaliaram como aspectos infatisfatórios somente os itens referentes ao apoio logístico ao professor tutor (1) e na estrutura adequada para funcionamento (1). Já os alunos manifestaram maior insatisfação na falta de rapidez na entrega de documentos (6). A secretaria acadêmica eficaz desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente propício para a aprendizagem. Quando essa área não funciona adequadamente, os alunos podem enfrentar desafios adicionais que afetam negativamente seu progresso acadêmico, motivação e experiência educacional como um todo.

Não obstante, é pertinente ressaltar que não foram identificados insatisfação por parte dos tutores professores em cada área temática (desenho pedagógico; material didático/estrutura física; sistema tutorial e secretaria acadêmica), apontada na pesquisa.

A Tabela 5 apresenta os aspectos considerados satisfatórios manifestados pelos respondentes (docentes, tutores professores e alunos), dispostos de forma decrescente, do mais satisfatório ao mais insatisfatório. Dessa forma, abrangeram os itens indicados de 1- péssimo; 2- ruim; 3- regular em cada área temática (desenho pedagógico; material didático/estrutura física; sistema tutorial e secretaria acadêmica).

De acordo com a Tabela 7, pode-se perceber que, em relação ao *Desenho Pedagógico*, no geral, os itens de maior satisfação pelos respondentes foram a distribuição das disciplinas no projeto pedagógico (19) e a coerência da teoria e da prática do curso escolhido (19).

Tabela 5 - Aspectos ressaltados como satisfatórios (Respostas de 4-5).

Desenho Pedagógico	Quant. Docentes	Quant. Tutores	Quant. Alunos	Total
A distribuição das disciplinas no projeto pedagógico	4	3	12	19
Coerência da teoria e da prática do curso escolhido	4	3	12	19
A organização da rotina para uma autonomia de aprendizagem	3	3	12	18
Conhecimento dos objetivos educacionais do curso escolhido	4	3	11	18
A forma de interação entre aluno e o conteúdo	2	3	11	16
Abertura da instituição de ensino para uma participação democrática	2	3	11	16
A didática do professor/tutor	3	3	10	16
A forma de avaliação da aprendizagem na EaD	1	3	11	15
Avaliações diversificadas e compatíveis com os conteúdos	2	3	10	15
Aceitação da universidade pelo mercado de trabalho	3	3	9	15
A presencialidade virtual	-	3	11	14
Material didático e estrutura física	Quant.	Quant.	Quant.	
A interação com o ambiente virtual de aprendizagem e o conteúdo	3	3	12	18
As apostilas auxiliam na compreensão dos conteúdos	4	3	12	18
Salas para os encontros estavam limpas, iluminadas e climatizadas	3	3	10	16
Adaptação de recursos diversos como vídeos, figuras, animações etc. No material didático	3	3	10	16
Aula semi presencial	2	3	10	15
A aula totalmente à distância	3	3	8	14
Equipamentos estavam em condições de uso durante a disciplina	2	3	8	13
Polo fornecia e possibilitava acesso à internet	3	3	5	11
Computadores estavam acessíveis ao polo para utilização durante a disciplina	2	3	6	11
O polo dispunha de biblioteca de apoio com material do curso	-	3	6	9
Sistema Tutorial	Quant.	Quant.	Quant.	
Domínio das ferramentas da EaD	3	3	12	18
Facilidade com o uso das ferramentas virtuais	4	3	11	18
Conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino	4	3	11	18
Horários das aulas cumpridos como previsto	4	3	10	17
Clareza do papel didático de tutor	4	3	9	16
As relações interpessoais e comunicação do tutor com os alunos	3	3	10	16
Organização do sistema de tutoria	3	3	8	14
Evitar a mera transmissão de conhecimento pelo tutor	3	3	9	15
Tempo de resposta nos fóruns de aprendizagem	2	3	9	14
Secretária Acadêmica	Quant.	Quant.	Quant.	
Cumprimento do calendário acadêmico	4	3	11	18
Conhecimento da instituição de ensino	4	3	10	17
Horário de funcionamento	4	3	9	16
Comunicação dos informes acadêmicos	4	3	8	15
Atuou como elo facilitador entre aluno/administração/professor tutor	4	3	8	15
Apoio logístico ao professor tutor	3	3	9	15
Otimização e execução das atividades	4	3	8	15
Estrutura adequada para funcionamento	3	3	7	13
Rapidez na entrega de documentos	4	3	6	13

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os docentes mostraram-se satisfeitos com a distribuição das disciplinas no projeto pedagógico (4), com a coerência da teoria e da prática do curso escolhido (4) e com conhecimento dos objetivos educacionais do curso escolhido (4).

Os alunos com a distribuição das disciplinas no projeto pedagógico (12) e com a coerência da teoria e da prática do curso escolhido (12) e com a organização da rotina para uma autonomia de aprendizagem (12), já os tutores mostraram-se satisfeitos em todos os itens que abrangem o desenho pedagógico.

No que se refere ao *material didático/estrutura física*, os respondentes apresentaram maior satisfação em relação a interação com o ambiente virtual de aprendizagem e conteúdo (18) e no auxílio das apostilas para compreensão do conteúdo (18). Os docentes mostraram maior satisfação em que as apostilas auxiliam na compreensão dos conteúdos (4). Já os tutores professores manifestaram satisfação em todos os itens que abrangem a área supracitada. Mas os alunos mostraram maior satisfação na interação com o ambiente virtual de aprendizagem e o conteúdo (12) e nas apostilas auxiliam na compreensão dos conteúdos estudados no curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP (12).

No *sistema tutorial*, os respondentes classificaram como satisfatório o domínio das ferramentas da EaD (18); a facilidade com uso das ferramentas virtuais (18); e conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino. Os docentes manifestaram maior satisfação em vários itens, como conhecimento do tutor sobre a instituição de ensino (4); horários das aulas cumpridos como previsto (4); clareza do papel didático de tutor e facilidade com o uso das ferramentas virtuais (4). Os alunos manifestaram maior satisfação no domínio das ferramentas da EaD (12), que impulsionam uma participação efetiva dos alunos nas aulas à distância, já os tutores mostraram satisfação em todos os itens que abrangem o sistema tutoria.

Por fim, os dados foram analisados sobre a *secretaria acadêmica*. Os itens mais satisfatórios para os respondentes foram o cumprimento do calendário acadêmico (18) e conhecimento da instituição de ensino (17). Os docentes mostraram satisfação maior na rapidez na entrega de documentos (4); otimização e execução das atividades (4), horário de funcionamento (4); conhecimento da instituição de ensino e comunicação dos informes acadêmicos (4); atuou como elo facilitador entre aluno/administração/professor tutor e no cumprimento do calendário acadêmico (4). Os alunos mostraram mais satisfeitos no cumprimento do calendário acadêmico e os tutores mostraram-se satisfeitos em todos os aspectos.

Apesar de algumas variações nas prioridades e percepções entre tutores, tutores professores e alunos, os resultados indicam uma satisfação geral em relação às diferentes áreas

avaliadas. Essa satisfação contribui para a qualidade da gestão da aprendizagem no Curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP, promovendo um ambiente propício para o desenvolvimento dos estudantes.

6 CONCLUSÃO

A EaD provocou uma mudança nos cursos superiores, pois com o advento das tecnologias virtuais na educação brasileira, milhares de pessoas passaram a ser beneficiadas com essa modalidade de ensino, que cresceu consideravelmente nos últimos anos, com uma aceitação positiva, pois o trabalho desenvolvido pela UAB e o PNAP influenciou no crescimento do ensino superior à distância. Logo, promover esse ensino requer toda uma logística para ofertar um ensino de qualidade.

Diante disso, com o objetivo de analisar a Gestão da Aprendizagem do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD na UNIFAP, realizou-se uma pesquisa envolvendo docentes, tutores professores e alunos com intuito de identificar e analisar os aspectos ressaltados como satisfatórios e insatisfatórios de acordo com a percepção da amostra da pesquisa, tendo em vista as áreas temáticas envolvidas com a gestão acadêmica. São elas: desenho pedagógico, material didático/estrutura física, sistema tutorial e secretaria acadêmica.

A construção dos resultados seguiu a ordem dos objetivos específicos. O primeiro objetivo específico, descrever as características do Curso de Administração Pública da UNIFAP modalidade EAD, foi apresentado na terceira seção do trabalho, “Educação à Distância Na Universidade Federal Do Amapá”, a qual abordou sobre a estrutura organizacional da educação à distância na UNIFAP, a gestão da aprendizagem do Ead na UNIFAP e sobre o próprio curso de Bacharelado em Administração Pública ofertado pela EaD/UNIFAP a partir de informações oficiais e documentos sobre o curso, estrutura curricular, recursos de ensino e aprendizado, políticas acadêmicas e regulamentos.

O segundo foi interpretar a frequência da pontuação em relação à percepção dos docentes, discentes e tutores das áreas integrantes da gestão da aprendizagem, para tanto foram colhidas informações de 12 discentes (63,2%), 4 docentes (21,1%) e 3 tutores (15,8%), com um total de 19 respondentes em relação às áreas temáticas. As respostas foram organizadas, comparadas e interpretadas para compreender melhor as razões de acordo com as percepções.

No *desenho pedagógico*, os docentes demonstraram satisfação com a coerência da teoria e prática do curso, assim como o conhecimento dos objetivos educacionais e a distribuição das disciplinas no projeto pedagógico. Tutores também expressaram satisfação com todos os aspectos do desenho pedagógico, enquanto os alunos mostraram contentamento principalmente na coerência entre teoria e prática e na organização da rotina para autonomia de aprendizagem.

Quanto ao *material didático e estrutura física*, não houve insatisfação entre os docentes. Os tutores estavam satisfeitos, especialmente com a ajuda das apostilas na compreensão dos conteúdos, e os alunos demonstraram contentamento na interação com o ambiente virtual de aprendizagem e nas apostilas que facilitam a compreensão dos conteúdos. Houve, no entanto, algumas preocupações dos alunos sobre a acessibilidade dos computadores no polo e a disponibilidade da biblioteca de apoio.

No *sistema tutorial*, não houve insatisfação relatada pelos docentes. Os tutores estavam satisfeitos, destacando o conhecimento sobre a instituição de ensino, o cumprimento dos horários previstos, a clareza do papel didático do tutor e a facilidade com as ferramentas virtuais. Os alunos expressaram satisfação com o domínio das ferramentas da EaD, facilitando a participação ativa nas aulas à distância.

Em relação à *secretaria acadêmica*, não houve insatisfação entre os docentes. Os tutores estavam satisfeitos com vários aspectos, incluindo a rapidez na entrega de documentos, a otimização e execução das atividades, o horário de funcionamento, o conhecimento da instituição de ensino e a comunicação dos informes acadêmicos. Os alunos demonstraram satisfação especialmente no cumprimento do calendário acadêmico.

O terceiro objetivo foi destacar os aspectos considerados satisfatórios (avaliação bom e ótimo) e insatisfatórios (avaliação péssimo, ruim e regular) da gestão acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade de EaD em análise. A partir da identificação das áreas em que a maioria dos participantes avaliou como “bom” ou “ótimo” e aquelas em que a maioria avaliou como “péssimo”, “ruim” ou “regular”, foram apresentados e destacados os aspectos considerados satisfatórios e insatisfatórios.

A análise detalhada apontou que a área identificada como mais insatisfatória no curso de Administração Pública EAD da UNIFAP foi o Material Didático/Estrutura Física, com ênfase nas questões relacionadas à biblioteca do curso, acesso à internet e à estrutura física. Esses apontamentos específicos estão sendo considerados como elementos cruciais para orientar futuras melhorias, com o objetivo de aprimorar significativamente a qualidade do curso. Por outro lado, o sistema tutorial recebeu destaque como satisfatório, com avaliações positivas por parte dos tutores. No geral, a maioria das áreas analisadas foi considerada satisfatória, tanto pelos docentes, tutores quanto pelos alunos.

O curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP está, em sua maioria, atendendo às expectativas dos participantes. As áreas de insatisfação identificadas, particularmente relacionadas ao material didático/estrutura física, servirão como pontos de partida para melhorias futuras, visando aprimorar ainda mais a qualidade do curso.

O *sistema tutorial* foi destacado como uma parte essencial do curso, com tutores por seu conhecimento, clareza e habilidades no uso de ferramentas virtuais. Em resumo, apesar de algumas preocupações pontuais, os resultados indicam que o curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIFAP está oferecendo uma experiência de aprendizagem geralmente satisfatória para docentes, tutores e alunos. Estas conclusões oferecem insights valiosos para futuras melhorias, promovendo uma contínua excelência educacional na instituição.

Portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados com êxito, pois foi possível analisar a Gestão da Aprendizagem do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade da EaD na UNIFAP e, a partir disso, trazer comprovações explícitas que o curso de ensino superior à distância está correspondendo as expectativas dos respondentes. Acredita-se que tais informações podem ser usadas para orientar melhorias e decisões na administração acadêmica do curso.

A experiência acadêmica de realizar esta pesquisa foi profundamente enriquecedora em diversos aspectos. Ao longo desse percurso, pude imergir nas complexidades da pesquisa científica, compreendendo suas exigências, processos e técnicas de maneira aprofundada. Esta jornada proporcionou não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas que certamente serão valiosas em minha trajetória acadêmica e profissional.

Além do desenvolvimento técnico, a pesquisa teve um impacto significativo em meu crescimento pessoal. Enfrentar desafios que, inicialmente, pareciam insuperáveis, moldou minha perspectiva diante das dificuldades. O constante enfrentamento de obstáculos não apenas fortaleceu minha resiliência, mas também cultivou uma abordagem corajosa diante dos problemas cotidianos.

Ao refletir sobre o futuro das pesquisas nesta área, vislumbro diversas oportunidades de aprofundamento e expansão do conhecimento. Sugiro investigações mais aprofundadas sobre estratégias específicas de gestão da aprendizagem, considerando a dinâmica peculiar da Educação à Distância. Além disso, seria interessante explorar as percepções dos estudantes em relação à eficácia das práticas de gestão adotadas, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos impactos no processo de aprendizagem. Essas sugestões, entre outras possíveis abordagens, podem contribuir para o avanço significativo do campo e fornecer diretrizes valiosas para instituições de ensino interessadas em aprimorar suas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. P. M. **Análise crítica de um curso superior a distância**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão da Informação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- ARCANJO, C. B. **A Educação a Distância como instrumento de Política Pública na expansão do Ensino Superior: uma visão da EaD na UNILAB**. 2014. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, Redenção, 2014.
- ASSMANN, H. **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: https://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: https://www.abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_portugues.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2019**. Curitiba: InterSaberes, 2020. Disponível em: https://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2019_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2020**. Curitiba: InterSaberes, 2021. Disponível em: https://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2020_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS (org.). **Uma análise sobre a atuação de Universidades Estaduais na modalidade de Educação a Distância: Ofertas e Perspectivas da Rede no Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Brasil: Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), 2021. Disponível em: https://unead.uneb.br/wp-content/uploads/2022/01/Relatorio_-_ABRUEM-UAB-CAPES_2021_3.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- AZEVEDO, A. B.; SATHLER, L. Coordenação de curso em EaD: novos papeis. In: **V Congresso Brasileiro de Educação Superior A Distância**, Gramado, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330542754_Coordenacao_de_Curso_na_Educacao_a_Distancia_Novos_Papeis. Acesso em: 10 set. 2023.
- BATES, A. W. **Educar na Era Digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Abed, 2017. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
- BORGES, F. A. F. A EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino

Superior: Diálogos Possíveis. **EaD em foco**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 76-94, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2017b. Disponível em: https://proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/documento/2._republicada-port-normativa-11_de_20.06.2017_credenciamento_e_oferta_ead.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)**. Brasília, 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/programa-nacional-de-formacao-em-administracao-publica-pnap>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP Edital Nº 19/2012**. Brasília, DF, 03 maio. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Edital_019_PNAP2012.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2494-10-fevereiro-1998-397980-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Regulamenta%20o%20art.,1996%2C%20e%20dá%20outras%20providências>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para o exercício da supervisão do ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5622&ano=2005&ato=8d6oXU65UMRpWT06f>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fixar as normas de execução do disposto quanto ao oferecimento de cursos e programas de educação superior no âmbito do sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília,

DF, 26 de maio de 2017a. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Decreto-9057-2017-05-25.pdf>. Acesso em: 26 jan. de 2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021: Divulgação de Resultados**. Ministério da Educação. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, 04 nov. 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 26 jan. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo revela que o acesso cresceu na década 2001-2010**. Educação Superior. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/17212-censo-revela-que-o-acesso-cresceu-na-decada-2001-2010>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação à Distância**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório técnico: censo da educação superior de 2007**. Brasília, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/centso/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública**. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública – Modalidade a Distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação lato sensu em gestão municipal modalidade a distância**. Brasília: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, Diretoria de educação a distância e Programa nacional de formação em administração pública, 2018.

CASTRO, F. C.; MATTAR, J.; OLIVEIRA, E. Análise da nova legislação em relação a polos de educação a distância. **Educação e Linguagem**, Campo Mourão, v. 20, n. 2, p. 157-168, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/55602156/Análise_da_nova_legislação_em_relação_a_polos_de_educacao_a_distância. Acesso em: 01 mar. 2023.

COSTA, A. R. F. **Fundamentos Teóricos da Educação a Distância**. In: Industrialização do ensino e política de educação a distância [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2019.

DAMASCENO, M. S. **A Educação à Distância (EaD) como prática de democratização do**

ensino superior no Brasil: problemáticas e perspectivas. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, Ceres, 2020.

DEMARCO, D. J. Um Balanço Do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) como estratégia de fortalecimento da gestão pública: o caso da escola de Administração da UFRGS. In: **Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 6, 2013, Brasília, DF: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2013.

DEMARCO, D. J.; VIEIRA, A. Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP): um balanço da implementação pela Escola de Administração da UFRGS. In: **XI Congresso de Ensino Superior à Distância**, Florianópolis, SC: UNIREDE, 2014.

FERRO, M. G. D.; PAIXÃO, M. S. S. L. **Psicologia da Aprendizagem: fundamentos teórico-metodológicos dos processos de construção do conhecimento.** Piauí: Edufpi, 2017.

FORESTI, A.; CANABARRO, A. Proposta de um conceito de aprendizagem para a era digital. **Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 55-68, 2012. Disponível em: <https://relatec.unex.es/article/view/919/667>. Acesso em: 15 set. 2023.

GARCIA, V. L.; CARVALHO JUNIOR, P. M. Educação à distância (EAD), conceitos e reflexões. **Medicina (Ribeirão Preto)**, [S. l.], v. 48, n. 3, p. 209-213, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/104295>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. **Gestão da Aprendizagem: Do Institucional para a sala de aula.** São Paulo: Intituto de Ensino e Pesquisa Insper, 2013. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/portaldoprofessor/manual-docente/wp-content/uploads/2013/08/Anexo-19-Gest%C3%A3o-da-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: Princípios e Tendências.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LARA, J. N.; ROCHA, C. R. J. **O tutor no contexto da educação a distância,** 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA117_ID9318_01112021130249.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

LEITE, F. A. **Educação à Distância na formação de professores no ensino superior.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Inglês) - Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2021.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOREIRA, J. C.; DAL MOLIN, B H. Território e Desterritorialização: A EaD na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 775, 2019.

NOGUEIRA, D. X. P.; MORAES, R. A. Educação a Distância no Brasil: uma análise histórica das políticas educacionais brasileiras. In: **Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 8, 2009, Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, A. M. S. Construção do Conhecimento na Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2020.

OLIVEIRA, V. S. **Educação à distância no Brasil: condições e possibilidades da sua efetividade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013.

PINTO JUNIOR, G. C. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 227-249, 2014.

QUIRINO, Raimunda Heveline Ribeiro. **Gestão da aprendizagem no ensino a distância em instituição de ensino superior sob a ótica dos fatores críticos de sucesso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ROESLER, J. **A gestão da educação superior on-line**. ABED. Santa Catarina, p. 1-10, 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/542008100805PM.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

SARTORI, A. S.; ROESLER, J. A gestão de Cursos Superiores à Distância. In: **IV Colóquio Internacional Sobre A Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, p. 1-15, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/32894>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SARTORI, A.S; ROESLER, J. **Educação Superior a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line**. Tubarão: Editora Unisul, 2005.

SAVA, P. P. *et al.* A educação a distância no ensino de graduação no Brasil. **CIET: EnPED**, São Carlos, 2018.

SEVERINO, J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, S.R.; PARREIRA, F.J.; BIGOLIN, N.M.; PERTILE, S.L. **Metodologia do Ensino e da Aprendizagem em Informática**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18334/Curso_Lic-Comp_Metodologia-Ensino-Aprendizagem-Informatica.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 nov. 2023.

SOARES, F. A. **A Educação à Distância**: legislação, qualidade e gestão no âmbito do ensino superior. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração**: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Regimento Geral**. Macapá, 2002. Disponível em: https://sigrh.unifap.br/sigrh/public/colégiados/anexos/Regimento_Geral_Unifap.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

VENTURA, Maria Magda. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. **Introdução à Educação a Distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

VIEIRA, M.F. **A Gestão de EaD no contexto dos Polos de Apoio Presencial**: Proximidades e diferenças entre a Universidade Aberta do Brasil e as Instituições universitárias privadas. 2018. Tese (Doutoramento em Educação na área de especialização em Educação a Distância e eLearning) - Universidade Aberta, [s.l.], 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2012.

ANEXO – Questionário da pesquisa

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO DE FATORES RELACIONADOS A GESTÃO DA APRENDIZAGEM DO CURSO DE BACHARELADO EM ADM PÚBLICA A DISTÂNCIA (UNIFAP)

1. Este questionário tem como objetivo levantar informações acerca da gestão da aprendizagem do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) na modalidade EAD. Desde modo, a sua participação na avaliação destes fatores é importante, sendo você um dos sujeitos desta metodologia de ensino e aprendizagem.
2. Com exceção das perguntas de identificação, o questionário segue a escala linear, no qual são colocadas sentenças e o respondente marca a numeração de acordo com sua avaliação pessoal, sendo: **1 - péssimo; 2- ruim; 3 - regular; 4 - bom; 5- ótimo.**
3. ***Ressalto que a identidade dos respondentes será devidamente resguardada.***

izabelacademico@gmail.com [Alternar conta](#)



*** Indica uma pergunta obrigatória**

Enviar por e-mail *

Registrar izabelacademico@gmail.com como o e-mail a ser incluído na minha resposta

Qual seu sexo?

Masculino

Feminino

Você é *

Discente

Docente

Tutor

Em qual polo você cursa/atua? *

Sua resposta _____

ÁREA: DESENHO PEDAGÓGICO

seguem as perguntas referentes a seguinte área

CONHECIMENTO DOS OBJETIVOS EDUCACIONIAS DO CURSO ESCOLHIDO *

1

2

3

4

5

A DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS NO PROJETO PEDAGÓGICO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A DIDÁTICA DO PROFESSOR/TUTOR *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A FORMA DE INTERAÇÃO ENTRE ALUNO E CONTEÚDO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

COERÊNCIA DA TEORIA E DA PRÁTICA DO CURSO ESCOLHIDO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

ACEITAÇÃO DA UNIVERSIDADE PELO MERCADO DE TRABALHO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

ABERTURA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA UMA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A ORGANIZAÇÃO DA ROTINA PARA UMA AUTONOMIA DE APRENDIZAGEM *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A FORMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO EAD *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A PRESENCIALIDADE VIRTUAL *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

AVALIAÇÕES DIVERSIFICADAS E COMPATÍVEIS COM OS CONTEÚDOS *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

ÁREA: **MATERIAL DIDÁTICO / ESTRUTURA FÍSICA**

seguem as perguntas referentes a seguinte área

AS APOSTILAS AUXILIAM NA COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A INTERAÇÃO COM O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E O CONTEÚDO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A INTERAÇÃO COM O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E O CONTEÚDO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIVERSOS COMO VÍDEOS, FIGURAS, ANIMAÇÕES ETC. NO MATERIAL DIDÁTICO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

SALAS PARA OS ENCONTROS ESTAVAM LIMPAS, ILUMINADAS E CLIMATIZADAS. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

EQUIPAMENTOS ESTAVAM EM CONDIÇÕES DE USO DURANTE A DISCIPLINA. *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

COMPUTADORES ESTAVAM ACESSÍVEIS NO PÓLO PARA UTILIZAÇÃO DURANTE *
A DISCIPLINA

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

PÓLO FORNECIA E POSSIBILITAVA ACESSO À INTERNET *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

O POLO DISPUNHA DE BIBLIOTECA DE APOIO COM MATERIAL DO CURSO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

A AULA TOTALMENTE A DISTÂNCIA *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

AULA SEMI PRESENCIAL *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

ÁREA: SISTEMA TUTORIAL

seguem as perguntas referentes a seguinte área

DOMÍNIO DAS FERRAMENTAS DO EAD *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

CLAREZA DO PAPEL DIDÁTICO DE TUTOR *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

HORÁRIOS DAS AULAS MPRIDOS COMO PREVISTOS *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

EVITAR A MERA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

CONHECIMENTO DO TUTOR SOBRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

FACILIDADE COM O USO DAS FERRAMENTAS VIRTUAIS *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

TEMPO DE RESPOSTA NOS FÓRUNS DE APRENDIZAGEM *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				